



ENTREVISTA: GLESLI HOFFMANN

paraná cooperativo

Ano 7
Número 81
Maio • 2012



Av. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br

1991
Lei 8.171 - Lei de Política Agrícola

1996
MP 1511/96 amplia restrição em áreas de floresta

1998
Lei de Crimes Ambientais

2001
MP 2166-67 alterações na reserva legal e APPs

2006
Lei 11.428
Lei da Mata Atlântica

1989
Lei 7.803 - Reserva Legal e alterações nas APP's

2012

Aprovação na Câmara e sanção presidencial - Lei no 12.651/12 e MP 571/12

2008
Decreto 6514 - regulamenta Lei de Crimes Ambientais

2009
Ocepar apresenta documento com propostas para a nova lei

1986
Lei 7511 modifica o Código Florestal

2010
Aprovação da proposta na Comissão Especial do Código Florestal

1965
Segundo Código Florestal do Brasil

2011
Votação do projeto na Câmara e no Senado

1934
Primeiro Código Florestal do Brasil

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

O que ainda falta?

A infalível semente do cooperativismo

A semente que cultivamos brota em qualquer tipo de solo, desconhece condições do clima e dá frutos o ano inteiro.

E quanto mais você planta, mais ajuda recebe para a farta e justa colheita.

Comece o seu plantio e venha colher os bons frutos que o trabalho em cooperação oferece.



cocamar
COOPERANDO POR UM MUNDO MELHOR, SEMPRE!



Um novo Código Florestal que tem lacunas

João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema OCEPAR



O Brasil assistiu, nos últimos anos, à defesa de posições apaixonadas e, muitas vezes, radicais na discussão do novo Código Florestal, sem que prevalecesse uma análise mais profunda sobre o tema e fossem consideradas as particularidades regionais e, principalmente, os aspectos técnicos e científicos.

Mesmo assim, sabemos que nenhuma outra nação tem uma legislação ambiental como a recém-aprovada, que estabelece um percentual de preservação que vai de 20% a 80% de vegetação da propriedade, de acordo com a região do país.

A agricultura se desenvolveu e modernizou, passando a adotar práticas sustentáveis, como o cultivo de 25 milhões de hectares em sistema de plantio direto na palha, evitando a perda de 20 a 40 toneladas por hectare ao ano de solo e contribuindo para a redução da emissão de CO₂. Foi implantado o Programa de Recolhimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas, com mais de 95% de adesão dos agricultores. Cerca de 60% da matriz energética renovável brasileira tem origem no meio rural.

Para o agricultor, não resta a menor dúvida de que a aprovação do novo Código Florestal representa a existência de um marco legal, que vai propiciar segurança jurídica para o desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, há lacunas na legislação que necessitam ser preenchidas para que possamos efetivamente alcançar o equilíbrio entre a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais.

Ainda existe uma falta de clareza em relação às áreas de várzea e ao uso de áreas consolidadas nos imóveis rurais inseridos nos limites da Unidade de Conservação. O limite de recuperação da vegetação da pequena propriedade rural precisa ser melhora-

do, para contemplar aqueles que estão na transição dos quatro módulos, pois esses seriam muito prejudicados. A nova legislação precisará de adequações. Contudo, é preciso reconhecer que foram aprovadas questões que regulamentam a situação, especialmente dos pequenos agricultores. Destaque para a recomposição obrigatória da mata ciliar nas margens dos rios que, nas propriedades entre um e quatro módulos, foi limitada entre oito e 15 metros.

O cômputo da Área de Preservação Permanente (APP) na Reserva Legal (RL); o uso econômico e sustentável da RL; a manutenção das atividades desenvolvidas pelo agricultor nas áreas consolidadas, respeitando a conservação do solo e da água; a instituição de programas de apoio à preservação do meio ambiente, como o pagamento por serviços ambientais; a compensação da RL em condomínio ou coletiva fora da propriedade e o Cadastro Ambiental Rural, desobrigando a averbação da RL, são questões que foram disciplinadas e ajudam o agricultor.

O agricultor é um preservacionista nato e sabe que seu maior patrimônio é a terra. O novo Código traz em seu bojo uma gama enorme de responsabilidades delegadas ao homem do campo.

Porém, entendemos que a preservação da natureza é responsabilidade de toda sociedade, que deveria contribuir mais, inclusive com aqueles que já o fazem, como os agricultores.

Cabe destacar que o país terá um aumento considerável de florestamento com a aplicação do novo Código e ganharão todos, mesmo os que ainda não se convenceram de que os agricultores estão fazendo a sua parte, apesar deles representarem cerca de 15% da população brasileira.

Aprovado, mas com vetos

Depois de quase um mês de expectativa, desde que foi votado pela segunda vez na Câmara dos Deputados, a presidente Dilma Rousseff chegou a uma decisão sobre o projeto que institui o novo Código Florestal. No dia 25 de maio, o governo federal anunciou, durante entrevista coletiva, que vetou 12 pontos e fez 32 modificações ao projeto. Dilma vetou totalmente os artigos 1º, 43, 61, 76 e 77, e fez vetos parciais em incisos dos artigos 3º, 4º, 5º e 26. Além disso, foi publicada uma Medida Provisória (MP) com a justificativa de preencher as lacunas deixadas pelos vetos. O texto e a MP voltaram ao Congresso Nacional. Os vetos, se colocados em pauta pelo presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), podem ser derrubados. Para isso é necessário que se tenha a maioria absoluta nas duas Casas – Senado e Câmara – em votação secreta.

Os detalhes envolvendo a decisão do governo, os próximos passos, a opinião de parlamentares e de dirigentes cooperativistas sobre o texto, são assunto da matéria especial desta edição da Revista Paraná Cooperativo. A Ocepar, desde o início, dedicou toda a atenção ao projeto do novo Código, motivo pelo qual não poderia deixar de dar ampla cobertura ao assunto num momento decisivo em que, cumpridos todos os passos do trâmite no Congresso, o texto chegou às mãos da Presidente da República.

A eleição na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ocorrida em abril deste ano, é outro assunto em destaque nesta edição. A diretoria e os membros dos conselhos Fiscal e de Ética para o mandato 2012-2016, escolhidos durante Assembleia Geral Ordinária (AGO), já foram eleitos dentro do novo modelo de governança, aprovado em março deste ano. Neste novo formato, existe a separação das estruturas de gestão e diretiva, traduzindo, assim, um modelo de atuação sistêmica cooperativista, que passa a contar com uma diretoria composta por cinco membros efetivos e cinco suplentes, representando cada região geográfica do país. Também foi instituída a composição dos conselhos Fiscal e de Ética. O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, integra a nova diretoria da OCB, na função de secretário-geral.

Outro assunto em destaque é a posse da primeira diretoria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), criada em dezembro de 2011 para executar serviços de fiscalização e inspeção de sanidade agropecuária no estado. Completam a edição, matérias sobre o lançamento do Plano Safra 2012 e a entrega de propostas para uma política de garantia de renda, entregues para o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro; os Encontros de Núcleos Cooperativos; os lançamentos regionais do 9.º Prêmio Ocepar de Jornalismo; e matérias dos ramos crédito e saúde.

Boa leitura!

06



Entrevista: Gleisi Hoffmann, ministra da Casa Civil, fala sobre sua trajetória política, avalia a decisão do Planalto em relação ao novo Código Florestal e reafirma apoio ao seu estado de origem, o Paraná



10

Especial: Com sanção presidencial, Brasil agora tem um marco regulatório na questão ambiental, acabando com a insegurança jurídica dos produtores. Mas mobilização em torno dos pontos preocupantes continua

29



Encontros de Núcleos: Cooperativistas do Paraná se reúnem para avaliar os avanços do setor e o plano de metas de 2012. Encontros também serviram para debater temas de interesse de cada região

32

Plano Safra 2012 para o trigo foi anunciado em Curitiba

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente
João Paulo Koslovski

Diretores
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl
Manfred Alfonso Dassenbrock
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Paulino Capelin Fachin
Renato José Bezeze
Valter Vanzella
Alfredo Lang
Carlos Yoshio Murate
José Fernandes Jardim Júnior
Luiz Roberto Baggio
Marino Delgado
Renato João de Castro Greidanus
Ricardo Silvio Chapla

Conselho Fiscal Titulares
Paulo Roberto Fernandes Faria
José Rubens Rodrigues dos Santos
Lauro Osmar Schneider

Suplentes
Paulo Henrique Cariani
Tácito Octaviano Barduzzi Junior
Urbano Inácio Frey

Superintendente
José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:
Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente
João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo Titulares
Jorge Karl
Jaime Basso
Soraya Galvão
Wilson Thiesen

Suplentes
Alvaro Jabur
Valter Vanzella
Prentice Baltazar Júnior
Renato Nóbile

Conselho Fiscal Titulares
Luiz Humberto de Souza Daniel
Edvino Schadeck
Amilton Pires Ribas

Suplentes
Luiz Roberto Baggio
Sebaldo Wacławowski
Marcos Antonio Primão

Superintendente
José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041). **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira e Lucia Massae Suzukawa. **Diagramação:** Israel Felipe Silva. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho. **CTP e impressão:** Gráfica Radial. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br
Página na Internet: www.ocepar.org.br
As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.



30

OCB: Presidente Márcio Lopes de Freitas é confirmado no cargo. Eleição, ocorrida em abril deste ano, durante a AGO do Sistema, aconteceu dentro do novo modelo de governança proposto pelo estatuto da instituição, aprovado em março deste ano

34



Adapar: Diretores da mais nova autarquia do Paraná foram empossados pelo governador Beto Richa, em solenidade no Palácio Iguaçu no dia 7 de maio. Objetivo da Agência é executar serviços de fiscalização e inspeção de sanidade agropecuária no estado



36

Prêmio: Lançamentos regionais do Prêmio Ocepar de Jornalismo reuniram 893 participantes no interior do Estado. Premiação está na sua 9.ª edição e visa valorizar o trabalho dos profissionais da imprensa e das cooperativas e divulgar o cooperativismo

38

Sicredi Racing assume liderança do Mercedes-Benz Grand Challenge

39

Simpósio das Unimeds reuniu 800 participantes em Foz do Iguaçu

Gleisi Hoffmann

Ministra-chefe da Casa Civil

Equilíbrio na questão ambiental

Para a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a decisão da presidente Dilma Rousseff sobre o novo Código Florestal, sancionado em 25 de maio, foi ponderada e responsável. “Reflete o equilíbrio que tanto buscamos entre a proteção ambiental e produção agrícola. É o produto de um amplo debate social”, afirma.

Na opinião da ministra, a participação das entidades de representação da sociedade, dentre elas Ocepar e OCB, foi importante para a construção de um texto que aliasse proteção ambiental e produção agrícola. “Vários estudos feitos por entidades represen-

tativas subsidiaram a presidenta Dilma. A Ocepar teve um papel importante e ativo neste processo”, reconhece Gleisi.

Convocada para assumir a Casa Civil em meio à crise da demissão do ex-ministro Antonio Palocci, em junho de 2011, Gleisi, desde o primeiro momento, tornou-se uma das mais importantes interlocutoras da presidente Dilma. Com perfil considerado mais técnico que político, a ministra afirma ter uma responsabilidade diferenciada, “por ter de analisar e manifestar-se, assessorando a presidenta Dilma em todas as matérias de governo”. Casada com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, Gleise é advogada com especialização em gestão de organizações públicas e administração financeira. Foi diretora financeira da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, secretária de estado no Mato

Grosso do Sul e secretária de Gestão Pública na Prefeitura de Londrina (PR). “Meu desafio diário é trabalhar muito na busca das melhores práticas para as políticas públicas e ações do nosso país, assessorando da melhor forma a presidenta Dilma”, enfatiza.

Mesmo concentrando forças no trabalho no Palácio do Planalto, a ministra mantém-se atenta ao que acontece em seu Estado, o Paraná. E considera muito positiva a articulação das entidades que criaram o Fórum Futuro 10, dentre elas a Ocepar, visando atuar para reduzir os gargalos que afetam a competitividade e o desenvolvimento paranaense. “É uma iniciativa excelente. Eu mesma conversei com representantes do Fórum algumas vezes. Pensar o futuro do estado de maneira integrada, com participação da sociedade, faz uma enorme diferença. É uma contribuição muito grande”, afirma.

E o Fórum, segundo Gleise, mostra que a articulação traz resultados, algo que poderia ser preponderante também nas demais ações políticas do Paraná. “Penso às vezes que temos baixa autoestima. Influenciamos as decisões nacionais sim. O Paraná é um estado importante da Federação. Um exemplo disso é o peso que temos nas definições da política agrícola, nossa atuação nas decisões do Código Florestal, só para citar dois exemplos. Acho que precisamos de um pouquinho mais de união”, conclui.



Paraná Cooperativo - Qual sua avaliação sobre o novo Código Florestal brasileiro? O que representa para o governo e para o Brasil?

Gleisi Hoffmann - Ele reflete a ponderação, o equilíbrio, que tanto buscamos, entre a proteção ambiental e a produção agrícola. É produto de um amplo debate social, no âmbito do poder Legislativo, e da grande responsabilidade da presidenta Dilma.

Paraná Cooperativo - Como analisa todo o processo de debate e construção do texto que chegou às mãos da presidenta Dilma?

Gleisi Hoffmann - A participação foi muito importante para que pudéssemos chegar a uma proposta que aliasse proteção ambiental a produção agrícola. Vários estudos feitos por entidades representativas, sejam dos agricultores, sejam dos ambientalistas, subsidiaram as decisões da presidenta Dilma. A Ocepar teve um papel importante e ativo neste processo.

Paraná Cooperativo - Qual a sua percepção sobre o cooperativismo?

Gleisi Hoffmann - O cooperativismo é um instrumento extremamente importante de organização econômica e social do

trabalho, e tem tido um papel cada vez mais significativo como gerador de renda e de inclusão social. Organiza trabalho, produção, investimento, por meio de princípios da gestão participativa e democrática.

fato de termos uma mulher na Presidência da República e outras em cargos importantes, a exemplo da própria Casa Civil, contribui para a valorização da mulher e quebra de paradigmas e preconceitos?

Gleisi Hoffmann - Sem dúvida, hoje a mulher não é mais vista como aquele ser frágil que se encerra na esfera doméstica. Graças à conquista do direito ao voto, temos voz na política. Apesar da representação feminina na política brasileira ainda estar aquém do que a sociedade necessita, podemos considerar um avanço hoje a presença feminina no espaço público.

Paraná Cooperativo - A senhora ocupa hoje o segundo cargo mais importante do país. O que, na sua opinião, a credenciou, em termos de trajetória política e qualidades, para assumir o comando da Casa Civil? Quais os seus maiores desafios?

Gleisi Hoffmann - Gostaria de esclarecer que a Casa Civil é um ministério como outro, não é mais importante. Eu diria que tem responsabilidade diferenciada, por ter de analisar e manifestar-se, assessorando a presidenta em todas as matérias de governo. Meu desafio diário é trabalhar muito na busca das melhores práticas para as políticas públicas e ações do nosso país, assessorando da melhor forma a presidenta. ▶



“

A decisão sobre o Código Florestal reflete a ponderação que tanto buscamos entre a proteção ambiental e a produção agrícola

”

Paraná Cooperativo - Há muito a ser feito no Brasil quando o assunto é igualdade de gêneros, mas o

Paraná Cooperativo - O que pensa da ação das entidades representativas que criaram o Fórum Futuro 10, a fim de apresentar estudos técnicos e buscar, por meio da união de forças, viabilizar os projetos que o estado necessita? Qual a contribuição que essa iniciativa pode dar ao governo e ao Paraná?

Gleisi Hoffmann - É uma iniciativa excelente. Eu mesma conversei com representantes do Fórum algumas vezes. Pensar o futuro do estado de maneira integrada, com participação da sociedade, faz uma enorme diferença. É uma contribuição muito grande. O próprio sistema cooperativista tem contribuído neste sentido em relação às demandas do setor produtivo.

Paraná Cooperativo - A Ocepar, juntamente com as demais entidades que integram o Fórum Futuro 10, tem se empenhado para reduzir os gargalos em infraestrutura no Paraná. O estado precisa de investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, os quais foram amplamente discutidos em reuniões e audiências, inclusive com a sua participação. Houve avanços em relação aos pontos que o Paraná necessita para resolver seus problemas de infraestrutura? Quais?

Gleisi Hoffmann - Sim, tivemos, na recuperação e construção de estradas, como a BR 116 com obras de adequação do Contorno Leste de

Curitiba; a BR 469, com a restauração da rodovia Parque das Cataratas; obras de construção do trecho rodoviário Ventania - Alto do Amparo (BR 153); obras de implantação e pavimentação na BR 158, trecho Campo

Transportes esteve no Fórum Futuro 10 apresentando todos os instrumentos para o estado até 2014, que estão previstos em mais de R\$ 3 bilhões.

Paraná Cooperativo - Historicamente, muitas vezes o Paraná ficou fora dos processos decisórios nacionais. A sua presença - e de outros ministros paranaenses - no centro das decisões nacionais evidencia um processo de amadurecimento político e mais participação da sociedade organizada do estado?

Gleisi Hoffmann - O Paraná é um estado muito importante da Federação. Penso, às vezes, que temos baixa autoestima. Influenciamos as decisões nacionais sim. Um exemplo disso é o peso que temos nas definições da política agrícola, nossa atuação nas decisões do Código Florestal, só para citar dois exemplos. Acho que precisamos de um pouquinho mais de união.

Paraná Cooperativo - O Paraná é um estado com grandes potencialidades, mas também com muitos desafios a serem superados. Como definiria o Paraná? E para Gleisi Hoffmann, o que é ser paranaense?

Gleisi Hoffmann - É um estado de muitas belezas, com um povo trabalhador, que tem disciplina e determinação. Tenho orgulho de ser paranaense e representar o Paraná em Brasília.



“
O cooperativismo é um instrumento muito importante de geração de renda e inclusão social
 ”

Mourão/Roncador/Palmital; na BR 376, construção de trincheiras em pista dupla na adequação do contorno de Ponta Grossa; em infraestrutura urbana, como o metrô de Curitiba; e temos também obras na linha férrea/Marin-gá. Estes são apenas alguns exemplos. Recentemente, o ministro dos

**PARA QUEM
COSTA DE
COMEÇAR
BEM O DIA
VÁRIAS VEZES
AO DIA.**



Os Cafés Coamo e Sollus
estão conquistando
todos os paladares,
do café da manhã à janta.

O sabor é marcante,
o aroma é intenso e a
vontade de tomar mais
uma xícara é inevitável.

Experimente.

www.alimentoscoamo.com.br

ALIMENTOS
Coamo
A festa do sabor

O que ainda falta?

Dilma fez 12 vetos e 32 modificações ao novo Código Florestal e Congresso terá até outubro para debater e definir mudanças

Depois de quase 20 anos de discussão no Congresso Nacional, o Brasil tem uma nova legislação ambiental. A Lei Nº 12.651/12, que institui o novo Código Florestal Brasileiro, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 25 de maio. O texto final, embora não tenha sido o que o setor produtivo esperava, trouxe avanços. O governo vetou parcialmente o texto aprovado na Câmara dos Deputados, eliminando 12 dispositivos da Lei, e editou Medida Provisória (MP 571/12) para promover mais 32 mudanças, sendo 14 modificações para recuperar o texto do Senado, 13 ajustes ou alterações de conteúdo e 5 novos itens criados pela Presidência da República. O texto vetado e a MP voltaram ao Congresso Nacional - os parlamentares propuseram mais de 600 emendas à Medida Provisória - que terá até outubro para definir a Lei. Os vetos, se colocados em pauta pelo presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), podem ser derrubados. Para isso é necessário que se tenha a maioria absoluta nas duas Casas - Senado e Câmara - em votação secreta. Já a MP terá 120 dias para ser apreciada nas duas Casas. Isto significa que a sanção presidencial ainda não encerrou o assunto.

Pontos preocupantes - Assim que a nova lei foi sancionada, a Ocepar se concentrou em analisar o texto e elaborar proposições para as emendas parlamentares. “A nova legislação precisará de adequações”, avalia o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. “Ainda existe falta de clareza em relação às áreas de várzea e ao uso de áreas consolidadas nos imóveis rurais inseridos nos limites da Unidade de Conservação. O limite de recuperação da vegetação da pequena propriedade rural precisa ser melhorado, para contemplar aqueles que estão na transição dos quatro módulos, pois esses serão muito prejudicados”, ressalta.

Avanços - Na opinião do dirigente o Código trouxe avanços em relação à Lei nº 4.771/1965. “O setor produtivo necessitava de um novo marco regulatório que disciplinasse a questão da preservação do meio ambiente, permitindo a continuidade da produção agrícola e trazendo segurança jurídica aos produtores”, afirma. Koslovski salienta que a nova legislação é positiva na medida em que possibilita a consolidação das atividades dos pequenos produtores, reduzindo a obrigatoriedade da recomposição mínima, que passou a ser de 5 a 15

metros da mata ciliar nas propriedades de até 4 módulos fiscais.

Outro ponto importante é o cômputo da APP (Área de Preservação Permanente) na Reserva Legal. “Já o fato de serem consideradas as áreas consolidadas com base em 22 de julho de 2008 vai possibilitar que os produtores possam manter suas atividades nessas áreas, desde que utilizem técnicas de conservação de solo e água. Todas essas medidas vão ajudar a minimizar os efeitos dos pontos que estavam gerando muitas discussões devido a um grande radicalismo”, ressalta.

Rigor - O novo Código manteve duras obrigações aos agricultores brasileiros, estabelecendo porcentual de preservação de 20% a 80% da vegetação da propriedade, de acordo com a região. “Nenhuma nação no mundo tem uma legislação ambiental com o rigor da lei brasileira”, enfatiza Koslovski, lembrando que a aplicação do Código causará um aumento expressivo na recuperação das áreas de floresta. Nas páginas seguintes acompanhe a avaliação das medidas e conheça mais detalhes do Código Florestal e das lutas e mobilizações do cooperativismo para a definição de uma lei que promova o equilíbrio entre a preservação e a produção.

Muito trabalho pela frente

A Ocepar e as cooperativas do Paraná vão manter-se mobilizadas acompanhando as discussões sobre o texto no Congresso Nacional, que terá até outubro para definir mudanças à Medida Provisória 571/12. A definição da Lei será o ponto de partida do trabalho de treinamento e repasse de informações para os produtores paranaenses. “Uma cartilha será produzida com explicações sobre o novo Código Florestal. Além disso, os técnicos das cooperativas passarão por treinamento para serem multiplicadores de informações a respeito dos procedimentos necessários para cumprir a nova legislação, esclarecendo todas as dúvidas dos cooperados”, afirma Koslovski. O trabalho dos Fóruns de Meio Ambiente da Ocepar será intensificado para discutir as adequações que o Código Florestal exigirá da legislação ambiental estadual, ação

em que o diálogo se dará com o governo do Paraná, Secretaria do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O Estado terá que compatibilizar seus decretos e regulamentos com as diretrizes da nova Lei nacional. “Acredito que o importante agora não seja discutir o mérito das alterações e sim estarmos organizados para colocar em prática a legislação”, disse o secretário estadual do Meio Ambiente, Jonel Iurk, após a sanção do novo Código Florestal.

Outro ponto em que a Ocepar pretende avançar é nas discussões sobre a remuneração por serviços ambientais, prevista no novo Código e na qual o Paraná tem um programa pioneiro. Lançado em abril pelo governador Beto Richa, o Bioclima estabelece que os produtores rurais que conservem vegetação nativa além do que determina a Lei receberão pagamento por essa ação de responsabi-



Foto: Arquivo Ocepar

lidade ambiental, pois prestam um serviço que beneficia a todos os cidadãos. “Este programa vai mostrar que é possível formar uma aliança na qual todos podem e devem contribuir para a conservação e melhoria de nosso ambiente de vida”, afirmou o governador durante o lançamento do Bioclima.



Foto: José Cruz - Agência Brasil

No dia 25 de maio, ministros anunciaram a sanção e os vetos ao texto do novo Código Florestal Brasileiro

Como fica o novo Código Florestal

A Lei no 12.651/12, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 25 de maio, contém 84 artigos. A seguir, um resumo dos principais pontos da nova legislação:

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

1) APP em curso de água (art. 4º, I)

As Áreas de Preservação Permanente em curso de água permanecem com as mesmas dimensões e a contagem passa a ser feita da calha regular do leito do rio. As dimensões das APPs nos cursos d'água são as seguintes:

- 30m para os cursos d'água de menos de 10m de largura;
- 50m para os cursos d'água que tenham de 10m a 50m de largura;
- 100m para os cursos d'água que tenham de 50m a 200m de largura;
- 200m para os cursos d'água que tenham de 200m a 600m de largura;
- 500m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;

2) APP em lagos e lagoas (art. 4º, II e III e §§ 1º e 2º)

Nos lagos e lagoas naturais é exigida uma faixa com largura mínima de 50m de APP para lagos com até 20ha e de 100m para os lagos maiores. Nas áreas urbanas, a largura mínima será de 30m.

Nos lagos e lagoas artificiais, a faixa será definida na licença ambiental,

devendo ser observado nas áreas rurais um mínimo de 15m. Este dispositivo não se aplica nos casos em que os reservatórios artificiais não decorram de barramento ou represamento.

Ficam dispensado de APP o entorno das acumulações, naturais ou artificiais, com área inferior de 01ha, sendo vedada a nova supressão de vegetação nativa (MP).

3) APP em nascentes (art. 4º, IV) – MP

As Áreas de Preservação Permanente no entorno das nascentes e dos olhos de água perene, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros.

4) APP em declive (art. 4º, V, VIII, IX e X)

São consideradas como Área de Preservação Permanente as encostas com declividade superior a 45°, as bordas de tabuleiros ou chapadas, os topos de morros e as áreas de altitude superiores a 1.800m.

5) APP em áreas urbanas (art. 4º, §§ 9º e 10º) – MP

A largura da Área de Preservação em áreas urbanas, em qualquer curso de água, será definida pelo plano diretor e lei de uso do solo municipal, sem prejuízo dos limites estabelecidos pela Lei.

6) Proteção das Áreas de Preservação Permanente (art. 7º)

São previstos, de forma clara e objetiva, dispositivos quanto à obrigação da proteção da Área de Preservação Permanente. Devendo o proprietário ou possuidor da área manter a vegetação, promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados, além de que, o dever previsto neste artigo é transmitido ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

No caso de supressão não autorizada, posterior a 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão, enquanto não recomposta a Área de Preservação Permanente.

7) Intervenção das Áreas de Preservação Permanente (art. 8º e 9º)

É permitido o acesso pessoas e animais nas APPs para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental. Outras intervenções serão permitidas somente em caso de utilidade pública e interesse social.

ÁREAS DE USO RESTRITO

1) Áreas com inclinação entre 25º e 45º (art. 11º)

Fotos: Arquivo Ocepa



Nestas áreas será permitido o manejo florestal, o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura associada às atividades, sendo vedada a conversão de novas áreas.

ÁREA DE RESERVA LEGAL

1) Delimitação da Reserva Legal (art. 12)

Os percentuais de cobertura vegetal nativa, a título de Reserva Legal, devem observar os limites de 80% de florestas, 35% de cerrado e 20% de campos nas áreas localizadas na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do País.

2) Localização da Reserva Legal no imóvel (art. 14)

O órgão ambiental deverá aprovar a localização da área de Reserva Legal do imóvel, após a inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural. A localização deverá considerar o plano de bacia hidrográfica, o Zoneamento Ecológico Econômico, a formação dos corredores ecológicos, áreas de relevância a conservação da biodiversidade e a fragilidade ambiental.

3) Cômputo da Área de Preservação na Reserva Legal (art. 15)

Permite computar a Área de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal, desde que não implique na conversão de novas áreas para uso alternativo do solo. A área a ser computada deverá estar conservada ou em processo de recuperação e o imóvel deverá ter requerido inclusão no Cadastro Ambiental Rural.

A área excedente, após o benefício deste artigo, não poderá ser desmatada, podendo o proprietário somente constituir servidão ambiental, cota de

reserva ambiental e outros instrumentos similares previsto nesta lei.

4) Reserva Legal em Condomínio ou Coletiva (art. 16)

A Reserva Legal poderá ser realizada fora da propriedade, podendo ser feito em regime de condomínio ou na forma coletiva entre proprietários rurais.

5) Averbação da Reserva Legal (art. 18)

O produtor rural fica desobrigado de realizar a averbação da Reserva Legal no cartório de imóveis, devendo apenas realizar o registro da propriedade no Cadastro Ambiental Rural. O cadastro deverá ser realizado mediante a apresentação de planta e memorial contendo coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração.

6) Utilização da Reserva Legal (art. 17, 20 e 21)

A Reserva Legal poderá ser explorada economicamente mediante o manejo sustentável da área florestal. O produtor poderá realizar a livre coleta de produtos florestais não madeiráveis (frutos, cipós, folhas e sementes).

As áreas de Reserva Legal desmatadas irregularmente após 22 de junho de

2008 deverão ter suas atividades imediatamente suspensas e deverá ser iniciado o processo de recuperação.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

1) Cadastro Ambiental Rural – CAR (art. 29)

Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com o objetivo de concentrar no próprio órgão ambiental, de maneira articulada e simplificada, todas as informações do imóvel relacionadas às obrigações ambientais. Integrando dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, combate ao desmatamento, além de outras mais.

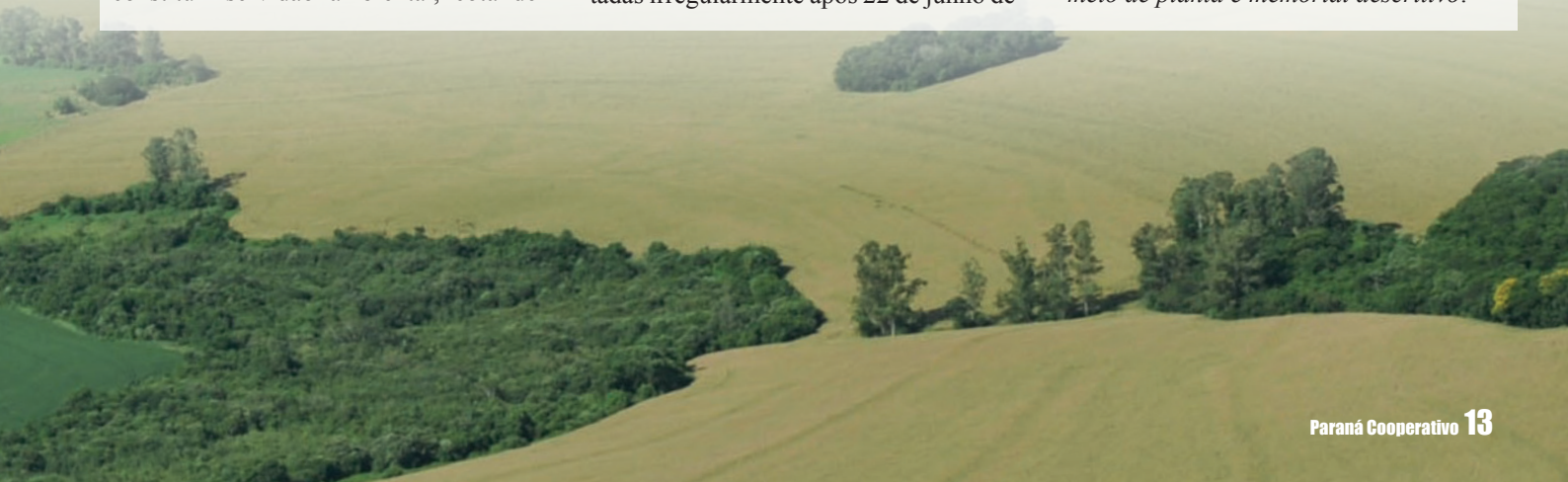
O produtor rural terá até 01 ano (contado da sua implantação) para fazer a inscrição de sua propriedade no CAR, devendo ser feito preferencialmente pelo órgão ambiental municipal ou estadual.

Na inscrição do CAR será exigido:

I - identificação do proprietário ou possuidor rural;

II - comprovação da propriedade ou posse;

III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo.



Fotos: Arquivo Ocepar



2) Programa de Regularização Ambiental – PRA (art. 59)

A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da Lei. As regras do PRA serão definidas em regulamento, devendo a União estabelecer normas de caráter geral e aos Estados e Distrito Federal estabelecer normas de caráter específico.

A adesão dos interessados deverá ocorrer obrigatoriamente após a inscrição no CAR e o produtor terá o prazo de 01 ano para aderir ao programa. O órgão ambiental deverá convocar o proprietário para assinar Termo de Adesão e Compromisso.

3) Suspensão das multas (art. 59, §§ 4º e 5º)

A nova legislação prevê que, entre a publicação da lei, a adesão dos interessados PRA e o cumprimento do termo de compromisso, os produtores não poderão ser autuados por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, RL e uso restrito.

Cumpridas as obrigações contidas no PRA, as multas serão consideradas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

4) Suspensão das multas (art. 60)

A assinatura do Termo de Adesão e Compromisso suspende a punibilidade

dos seguintes crimes ambientais: destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente (art. 38), cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente (art. 39), e impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48).

ÁREAS CONSOLIDADAS

1) Áreas Consolidadas em Área de Preservação Permanente (art. 61 - A)

É autorizada a continuidade de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, bem como a permanência de residências e infraestrutura associada às atividades, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

O produtor deverá informar a situação destas áreas no Cadastro Ambiental Rural para fins de monitoramento, sendo exigidas técnicas de conservação de solo e água.

A recomposição mínima exigida neste artigo poderá ser feita com os seguintes métodos:

a) Condução de regeneração natural de espécies nativas.

b) Plantio de espécies nativas.

c) Plantio de espécies nativas, com condução da regeneração natural de nativas.

d) Plantio de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, podendo ser exóticas em propriedades de até 4 Módulos Fiscais.

2) Áreas Consolidadas em APP nas margens dos rios (art. 61-A, §§ 1º a 4º e art. 61-B)

Propriedade	Recomposição obrigatória das margens dos rios		Somada as APPs, a exigência de recuperação não deve ultrapassar
	Menos de 10m	Mais de 10m	
Até 1 MF	5 metros		10%
01 a 02 MF	8 metros		10%
02 a 04 MF	15 metros		20%
04 a 10 MF	20 metros	30 a 100 metros	Sem limites
Mais de 10MF	30 metros	30 a 100 metros	Sem limites

3) Áreas Consolidadas em APP no entorno de nascentes (art. 61 - A, § 5º)

Nos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em APP no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será obrigatória a recuperação do raio mínimo de:

- a) 05m para imóveis rurais com até 01 módulo fiscal;
- b) 08m para imóveis rurais entre 01 e 02 módulos fiscais;
- c) 15m para imóveis rurais com mais de 02 módulos fiscais;

4) Áreas Consolidadas em APP no entorno de lagos e lagoas naturais (art. 61-A, §6º)

Nos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em APP no entorno de lagos e lagoas naturais, será obrigatória a recuperação do raio mínimo de:

- a) 05m para imóveis rurais com até 01 módulo fiscal;
- b) 08m para imóveis rurais entre 01 e 02 módulos fiscais;

c) 15m para imóveis rurais entre de 02 e 04 módulos fiscais;

d) 30m para imóveis rurais com mais de 04 módulos fiscais;

5) Áreas Consolidadas em imóveis nos limites de UCs (art. 61-A, § 16º)

As Áreas de Preservação Permanente, localizadas em imóveis inseridos nos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral, não são passíveis de terem área consolidada, ressalvado o plano de manejo da unidade.

6) Áreas Consolidadas em APP nas áreas de declive (art. 63)

Será permitida a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, bem como a infraestrutura associada em encostas, bordas de tabuleiros, topos de morros e em áreas de altitude.

Nestas áreas, o pastoreio extensivo deverá ficar restrito às áreas de vegetação campestre natural ou já convertida, sendo vedada a conversão

de novas áreas para o uso alternativo do solo.

7) Áreas Consolidadas em Reserva Legal (art. 67)

Os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 módulos fiscais e que possuam remanescentes de vegetação em percentuais inferiores ao previsto na Lei (20%, 35% e 80%, dependendo da localização do imóvel), a Reserva Legal será constituída com a vegetação existente em 22 de julho de 2008, sendo vedado o desmatamento desta vegetação para uso alternativo do solo.

REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL

1) Regularização da Reserva Legal (art. 66)

A regularização ambiental da Reserva Legal poderá ser feita por recomposição, compensação e regeneração natural da vegetação. É permitida a adoção de alternativas isoladas ou em conjunto.

2) Regularização da Reserva Legal por Recomposição (art. 66, §§ 2º, 3º e 4º)

A regularização da Reserva Legal por recomposição será permitida em até 20 anos, abrangendo, a cada 2 anos, no mínimo 1/10 da área total necessária. Bem como, permite que seja realizada com a utilização de espécies exóticas em até 50% da área total a ser recuperada, em plantio combinado com espécies nativas.

3) Regularização da Reserva Legal por Compensação (art. 66, §§ 5º e 6º)

A compensação da Reserva Legal pode ser feita por meio da aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA), do arrendamento sob regime de servidão ambiental, da doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária ou manutenção de outra área equivalente, localizada no mesmo bioma.

INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO

1) Programa de incentivo e apoio à conservação (art. 41)

O poder público é autorizado a instituir um programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente,

bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

a) Pagamento por serviços ambientais.

b) Compensação pelas medidas de conservação ambientais.

c) Incentivo para comercialização de produtos.

A APP, a RL e a área de uso restrito são elegíveis para qualquer pagamento ou incentivo por serviços ambientais.

Fotos: Arquivo Ocepar



AGRICULTURA FAMILIAR

1) Agricultura Familiar (art. 52)

As propriedades rurais enquadradas como de agricultura familiar terão regras diferenciadas e procedimentos simplificados para intervenção em APP, inscrição no CAR e no manejo da Reserva Legal, que serão estendidos para as propriedades de até 4 módulos rurais.

Definições

1. Área rural consolidada (art. 3º, IV)

São as áreas de imóvel rural com ocupação preexistentes a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

2. Pousio (art. 3º, XXIV) – MP

É a prática de interrupção temporária de atividades agrícolas, pecuárias ou silviculturais por, no máximo, 5 anos, em até, no máximo, 35% da área produtiva da propriedade para possibilitar a recuperação da capacidade de uso do solo.

3. Pequena propriedade ou posse rural familiar (art. 3º, V)

A pequena propriedade é aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

4. Atividades de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental (art. 3º, VIII, IX e X)

A lei define quais atividades são consideradas de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto. Além de admitir a intervenção destas atividades em Áreas de Preservação Permanente.

Cooperação Premiada Sicredi

ACELERE RUMO A GRANDES PRÊMIOS.



Use produtos ou serviços Sicredi e concorra.

**Investimentos • Cartões • Seguros • Cobrança • Previdência
Débito em Conta • Consórcios • Crédito Geral • Novos Associados**

Consulte o regulamento em cooperacaopremiadasicredi.com.br



Seguros e Previdência Privada Intermediados por Corretora de Seguros Sicredi Ltda., CNPJ 04.026.752/0001-82, registro SUSEP nº 10.0412376. Os planos em FAPI são administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., CNPJ 01.181.521/0001-55. Produtos de Crédito: A disponibilidade está condicionada à análise de crédito do associado. CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SEAE/MF/Nº 06/0027/2012. Promoção válida para as cooperativas de crédito participantes. Consulte regulamento completo da promoção nas unidades de atendimento das cooperativas de crédito ou acesse cooperacaopremiadasicredi.com.br. Produtos e serviços sujeitos à disponibilidade na sua cooperativa de crédito. Consulte condições de contratação dos produtos participantes em uma de nossas unidades de atendimento ou acesse sicredi.com.br. Imagens meramente ilustrativas. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.

O que pensam os parlamentares

Fotos: Agência Senado/ Agência Câmara



Sérgio Souza, senador (Paraná)

Faço parte da Comissão Mista que avaliará as mudanças e ajustes para a Medida Provisória 571. Inclusive já apresentei uma emenda, fruto da sugestão da Ocepar e da OCB, para que a área de várzea não seja considerada APP (Área de Preservação Permanente). Cabe ao Congresso agora avaliar o texto da MP, fazer correções e definir o novo Código Florestal, um marco legal para que os produtores rurais tenham segurança jurídica. A mobilização do setor produtivo,

em especial do cooperativismo, foi muito importante para a construção da nova legislação. A Ocepar e a OCB contribuíram com estudos técnicos aprofundados e propostas – das quais muitas foram acatadas na Lei sancionada pela presidente Dilma. A nossa missão, como parlamentar do Paraná, é atuar para que a definição do Código Florestal seja condizente com a realidade do país, garantindo a preservação ambiental sem inviabilizar e prejudicar a agricultura brasileira.

Waldemir Moka, senador (Mato Grosso do Sul) e presidente da Frencoop

Os vetos do Executivo ao projeto do novo Código Florestal foram bem recebidos no Senado, já que as alterações propostas na Medida Provisória nº 571 demonstram que o governo procurou recuperar o texto aprovado no Senado e que foi fruto de entendimento entre setor produtivo, ambientalistas, governo e oposição. Um dos pontos que destaque é a fixação da metragem máxima de 30 metros em áreas urbanas para Áreas de

Preservação Permanentes (APPs) no entorno de reservatórios destinados ao abastecimento público ou geração de energia, antes não fixada. Sobre a recuperação das APPs nas margens de rios, a MP prioriza o tamanho da área na definição da recomposição, dando caráter socioambiental à medida ao permitir recomposição de cinco a oito metros para propriedades de até dois módulos fiscais, com limite de 10% da sua área.



Reinhold Stephanes, deputado federal (Paraná) e ex-ministro da Agricultura

De maneira geral, a decisão da presidente Dilma foi equilibrada, porque os vetos afetam muito pouco os fundamentos do Código. As demais alterações são de redação. Talvez seja necessário aperfeiçoar alguma coisa, mas acredito que sempre existe uma margem para entendimento. Um ponto que deve gerar discussão deve ser a reinserção do artigo 1º, que define o objetivo do Código. A Câmara derrubou esse dispositivo por entender que a conceituação doutrinária po-

deria gerar várias interpretações. Em relação as principais alterações, destaco a mudança com a Medida Provisória, definindo regras diferentes de recomposição de áreas de preservação permanente, agora de acordo com o tamanho de cada propriedade. A recomposição constava no artigo 61, que foi totalmente vetado. No texto da Câmara havia sido estabelecida apenas uma faixa mínima de 15 metros e máxima de 100 metros, a depender da largura do rio.





Osmar Serraglio, deputado federal (Paraná), coordenador da bancada paranaense

A presidente Dilma Rousseff agiu de forma pra lá de certa em sua decisão sobre o Código Florestal. Administrou de forma correta os embates e desencontros entre o setor produtivo e os ecologistas. A Medida Provisória veio incidir naqueles pontos mais tormentosos e polêmicos, no sentido de precaver esse medo que se tem da Conferência Rio + 20, que na minha opinião é totalmente descabido. O Brasil é um modelo de preservação, nenhum outro país tem

reserva legal, nós aqui estamos muito à frente das demais nações e, com o Código, ainda incrementamos nossa legislação ambiental. Não entendo o por quê dessa ideia de que temos que avançar para se colocar melhor na Conferência. Penso que a presidente Dilma tomou a decisão correta, mas é claro que poderemos aperfeiçoar a Lei nas discussões que se seguem no Congresso Nacional. O importante é manter o equilíbrio entre preservação e produção.



Abelardo Lupion, deputado federal (Paraná)

O Código Florestal sancionado deixou de ser científico para tornar-se ideológico, cedendo a pressões devido à proximidade da Conferência Rio + 20. A Medida Provisória 571 tem um texto confuso e que precisa ser modificado. Faço parte da Comissão Mista que irá trabalhar nas emendas que irão alterar a Lei, e há mais de 600 proposições apresentadas pelos parlamentares. Muitas perguntas permanecem sem respostas: o governo terá condições de, em cinco

anos, fazer vistoria nas cerca de 5 milhões de propriedades rurais existentes no Brasil? Teriam que ser vistoriadas pelo menos 1 milhão de propriedades por ano. Com a estrutura técnica atual do governo federal, é algo irreal e que não vai ser cumprido. Vamos estudar emenda por emenda e modificar artigos que considero inaceitáveis, como o artigo 1º, que estabelece princípios que trazem insegurança jurídica para os produtores brasileiros.



Assis do Couto, deputado federal (Paraná)

Foi uma caminhada difícil, mas com muitos avanços para a agricultura familiar. O reconhecimento e tratamento diferenciado aos pequenos produtores foi positiva e superou minhas expectativas. A presidente Dilma teve sensibilidade social e ambiental, pois 90% das propriedades brasileiras têm menos de 4 módulos fiscais. Agora a decisão caberá ao Congresso e esperamos que a linha seja mantida e haja conciliação. Vamos trabalhar para consolidar o texto do

Código Florestal, talvez com alguns ajustes, mas não podemos perder as conquistas que obtivemos para os pequenos produtores. As cooperativas, por meio de suas representações, tiveram uma participação muito importante no processo de debates no Congresso, repassando informações técnicas aprofundadas aos parlamentares e ao governo e sendo uma presença constante e ativa nas reuniões e discussões na Câmara e no Senado.





Dilceu Sperafico, deputado federal (Paraná)

Temos até outubro para melhorar a Medida Provisória 571 e vamos discuti-la com todos os representantes do setor produtivo, mantendo nossa linha de garantir a viabilidade e a segurança jurídica da agropecuária brasileira. Algumas ONGs internacionais querem impor sua vontade e impedir que o Brasil produza. Por conta da Conferência Rio + 20 tentam pressionar os parlamentares com campanhas em que utilizam a participação de artistas. Por isso precisamos manter a

mobilização do setor produtivo nas discussões no Congresso Nacional. Mas é fato que perdemos a batalha na mídia e não conseguimos comunicar com a força necessária nosso ponto de vista para a sociedade, em específico à população urbana. Sempre presente de forma ativa e democrática, o segmento cooperativista teve participação importante no debate do novo Código Florestal, trazendo e multiplicando informações entre a base e o Parlamento.

Eduardo Sciarra, deputado federal (Paraná)

Em linhas gerais, o texto do Código Florestal atende a um dos anseios dos produtores, que é o fim das ameaças permanentes por conta dos inúmeros decretos e legislações ambientais que surgiam a todo momento. Agora temos um marco legal, o que é um grande avanço. É claro que existem ajustes para serem feitos na Medida Provisória 571, além de problemas pontuais que devem ser analisados caso a caso. Para os pequenos produtores foi positivo, com

o escalonamento da área de recomposição de mata ciliar entre 5 a 15 metros para propriedades de até 4 módulos fiscais. Vamos trabalhar na sintonia fina para aperfeiçoar a MP. É preciso destacar a mobilização das cooperativas, por meio da Ocepar e OCB, que tiveram presença histórica e fundamental tanto no subsídio de informações às Comissões e aos parlamentares, como na pressão democrática e legítima sobre os seus representantes no Congresso.



Luis Carlos Heinze, deputado federal (Rio Grande do Sul)

Apresentei 30 emendas para tentar recuperar parte do texto ratificado pelo legislativo e garantir a continuidade da produção de alimentos em áreas já ocupadas pela atividade agropecuária. Também defendo que as várzeas fiquem fora das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Penso que o pequeno produtor está amparado pelo novo texto, mas o médio agricultor, com até 300 hectares, será o mais prejudicado, pois terá que recuperar o mínimo de 30 metros de mata ciliar de qual-

quer córrego que passe por sua propriedade. Grande parte das terras ficarão engessadas. Minha proposta é que as propriedades com até quatro módulos fiscais, com áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, destinem faixas marginais de até cinco metros. Em imóveis entre 10 a 15 módulos a mata ciliar deve ser de oito metros e acima de 15 módulos o replantio deverá obedecer a metade da largura do curso d'água, observados o mínimo de 15 metros e o máximo de 100 metros.



Luiz Carlos Setim, deputado federal (Paraná)

A aprovação do Código Florestal, mesmo com vetos, foi positiva porque substitui uma avalanche de regulamentos e resoluções criadas ao longo do tempo que traziam insegurança jurídica aos produtores. Mas é claro que a nova legislação precisa ser complementada e aperfeiçoada. E nesse processo de debate no Congresso Nacional, mais uma vez a participação das cooperativas, por meio de suas entidades de representação, será de grande importância.

A MP pautou-se na proporcionalidade, na qual quem tem mais área fará maior recomposição. Penso que os cinco anos de prazo para que os agricultores façam a recomposição deveria ser acompanhada por melhores condições de crédito para financiar as adequações necessárias. Vamos discutir com todos os setores da sociedade para construir um marco legal definitivo que garanta a produção sustentável no Brasil, produzindo e preservando o meio ambiente.



Paulo Piau, deputado federal (Minas Gerais)

O que devemos comemorar é a sanção presidencial do novo Código Florestal. Mesmo com tantas pressões, a presidente Dilma sancionou a nova lei que dará ao produtor rural mais segurança jurídica. Agora é o momento para realizar os ajustes necessários, em específico para reformular a tabela de recomposição de mata ciliar para os médios agricultores, que pelo texto da MP terão menos área para produzir. Vamos trabalhar no Congresso para definir esse marco legal

para a preservação ambiental e a produção agropecuária brasileira, independente de divergências entre ambientalistas e ruralistas. A presença ativa do cooperativismo, por intermédio da OCB e Ocepar, com suporte técnico e participação democrática, foi muito importante para a construção do novo Código. O que precisamos melhorar a partir de agora é a comunicação entre o campo e o meio urbano, reduzindo as distâncias e antagonismos.



Valdir Colatto, deputado federal (Santa Catarina)

Acredito que ainda não se tem a amplitude do que os vetos podem causar. O que preocupa é o veto ao artigo 1º, que dá autonomia aos Estados para fazerem o seu Plano de Regularização Ambiental (PRA). Se esta autonomia for retirada volta a centralizar todo esse processo em Brasília. Outro ponto que preocupa é a não manutenção das áreas consolidadas em propriedades de até quatro módulos fiscais, questão em que meu Estado

(Santa Catarina) sairá muito prejudicado. Se nós não mantermos até quatro módulos a não necessidade de reposição da Reserva Legal, vamos tirar muita área de produção e topo de morro, característica de SC, pois pelo menos 80% das propriedades se encaixam nesta situação. Em relação à MP, vamos analisar. Aquilo que for bom para a agricultura, produção e meio ambiente será acatado. Vamos negociar com critério artigo por artigo.



Falta de clareza preocupa dirigentes



Luiz Lourenço: “texto não esclarece totalmente como recompor a reserva legal, sem diminuir a área plantada”

“A Lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff, melhorou a situação, pois cria condições legais e traz segurança jurídica aos nossos produtores. Mas o texto aprovado pelo governo não foi o que imaginávamos, pois há pontos que ainda preocupam”. A fala do presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, reflete a preocupação das cooperativas paranaenses em relação a algumas questões consideradas determinantes pelo setor produtivo e que motivaram a OCB e a Ocepar a apresentar proposições para serem incluídas como emendas ao texto da Medida Provisória.

Segundo Lourenço, a composição da reserva legal é um dos itens que, na sua avaliação, não ficou totalmente claro no texto sancionado pela presidente Dilma. “A regulamentação da Lei 12.651/12, portanto, será fundamental, porque temos que saber como exatamente vamos recompor a reserva legal, quais espécies poderemos usar, em que condições e áreas. E certamente vamos precisar da colaboração do Estado também, no sentido de criar espaços, a exemplos de parques, para que possamos cumprir a legislação, compondo a reserva legal, sem diminuir a área plantada”, disse.

Foto: Assessoria Cocamar

O presidente da Cooperativa Lar, Irineo da Costa Rodrigues, também compartilha da opinião de que agora o Brasil tem uma lei ambiental aplicável, o que não acontecia com a antiga, em vigor desde 1965 e que teve sua aplicabilidade ainda mais comprometida por conta de toda uma profusão de decretos, medidas provisórias e regulamentações sobrepostas ao longo dos últimos 20 anos. “O problema do novo texto é que alguns vetos não ficaram muito claros e na MP algumas alterações feitas no texto que foi aprovado no Congresso, em abril deste ano, geram dúvidas. Portanto, a participação de deputados e senadores é importante neste momento para ajudar a esclarecer certos pontos e tentar modificar algumas coisas que não estão favoráveis a nós”, ponderou.

O dirigente cita como exemplo as áreas próximas ao Parque Nacional do Iguaçu, no Oeste do Paraná. “O texto fala que onde houver Unidades de Conservação Integral, que é o caso do Parque, não se levaria em conta as áreas consolidadas, o que significa que propriedades maiores que não têm 20% de reserva legal, mesmo desenvolvendo a atividade agrícola há muitos anos, o que torna essas áreas consolidadas, te-

Foto: Assessoria Ocepar



Irineo da Costa Rodrigues: “não podemos ficar à mercê de um plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Isto gera muita intranquilidade e nos deixa apreensivos”

Foto: Assessoria C.Vale



Alfredo Lang: “espero que os congressistas promovam modificações nos pontos que deixaram de atender aos produtores”

riam que recuperar. Isto prejudica muito a nossa região”, frisa o presidente. “A cooperativa Lar, por meio da Oepar, está desenvolvendo uma ação forte para sensibilizar os deputado e senadores no sentido de deixar as coisas mais claras, senão ficaremos à mercê de um plano de manejo do Parque, o que nos gera muita intranquilidade e nos deixa muito apreensivos”, disse.

O presidente da C.Vale, Alfredo Lang, reforça o coro de que os vetos e mudanças propostos pelo governo federal em relação ao projeto do novo Código Florestal não foram os desejados pela maioria dos congressistas e produtores rurais. “Esse tema foi discutido intensamente, principalmente, nos últimos três anos. O texto do Congresso não era o ideal, mas era melhor que o atual Código. Alguns dos vetos e das modificações nos deixam preocupados. Espero que os congressistas promovam modificações nos pontos que deixaram de atender aos produtores”, frizou o dirigente. Lang afirmou que os associados da cooperativa continuarão mobilizados para convencer os deputados a reestabelecer pontos que constavam do projeto aprovado pelo Congresso.

Demora - A sanção com vetos ao projeto do novo Código Florestal também foi contestada pelo presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. Um dos motivos é que com isso a presidente Dilma empurrou para frente uma discussão que poderia ter sido concluída agora. “Para nós, agricultores, foi uma grande decepção que o governo não tenha encerrado um assunto que é tão polêmico. Apenas jogou a discussão pra frente”, comenta o dirigente, até porque ainda não é totalmente garantindo que o Brasil adote o texto sancionado, já que a MP ainda pode ser alterada no Congresso e os vetos podem ser derrubados pelos parlamentares.

“A questão da agricultura está consolidada e agora pensávamos em apenas corrigir alguns problemas. E aí vieram os vetos. Não ficamos sabendo o porquê dessa atitude, talvez, se quisermos achar algum argumento relevante, podemos pensar na Rio+20”, comenta o dirigente, referindo-se à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentá-

vel que será realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e numa possível tentativa de minimizar um desgaste na imagem governo caso o projeto fosse sancionado na íntegra.

“Mas queremos crer que o governo pondere as coisas e ache uma forma de encerrar este assunto”, completa Gallassini. E continua: “vamos aguardar e torcer para que a presidente tenha o mesmo bom senso que demonstrou ter ao analisar as coisas. O que não podemos é ter um retrocesso na produção de alimentos. O setor agrícola é muito importante para a economia brasileira, é o que mais exporta e um grande gerador de empregos. E, ao menos aqui no Sul, não temos grandes problemas nas questões ambientais. Por aqui, nossos produtores e cooperativas têm feito muita coisa boa para a preservação ambiental. Acreditamos que o bom senso vai prevalecer, pois tem que haver um meio termo entre a produção de alimentos e o meio ambiente. Temos que evoluir na

legislação, porém, estamos apreensivos, até que toda essa questão se resolva definitivamente.”

Foto: Assessoria Coamo



José Aroldo Gallassini: “sanção parcial empurrou para frente uma discussão que poderia ter sido concluída agora”

Bom Jesus

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS

COOPERATIVA BOM JESUS

60 anos

CULTIVANDO UNIÃO E DESENVOLVIMENTO

Mais de oito mil mãos transformando união em desenvolvimento



Primeira apresentação do documento com propostas do setor cooperativo, realizada na sede da Ocepar, em abril de 2009

Foto: Assessoria Ocepar

Cooperativas participam dos debates

Antes de chegar às mãos da presidente Dilma Rousseff, o projeto que altera o Código Florestal Brasileiro percorreu um longo caminho. Em todas as etapas, a Ocepar, cumprindo com o seu papel de representante das cooperativas do Paraná, dispensou especial atenção à matéria. O posicionamento do cooperativismo paranaense em torno das modificações na legislação ambiental começou a ser construído a partir de diversos eventos, a exemplo do Fórum de Meio Ambiente da Ocepar. As discussões envolvendo a nova legislação também foram assunto de reuniões e audiências públicas, realizadas em todo o Brasil,

sob a coordenação dos deputados federais Aldo Rebelo e Moacir Micheletto - falecido em janeiro deste ano.

Durante o processo, a Ocepar se reuniu constantemente com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a fim de analisar o texto e alinhar a posição do sistema cooperativista nacional. Também foram realizados estudos técnicos para subsidiar os parlamentares, principalmente, em relação aos impactos das mudanças na atividade rural. Estes documentos foram entregues em mãos a parlamentares, ministros e autoridades, com a finalidade de sensibilizá-los para o real impacto cau-

sado pela legislação ambiental sobre a agricultura.

O cooperativismo paranaense ainda esteve presente em momentos decisivos, a exemplo da primeira votação na Câmara dos Deputados, ocorrida em maio do ano passado, depois no Senado, em dezembro de 2011, e novamente na Câmara, em abril deste ano.

Nas páginas a seguir, um breve resumo de como foi a mobilização e a participação das cooperativas em todo o processo de construção da nova lei.

Foto: Agência Câmara



Reunião da Comissão Especial do Código Florestal

Foto: Agência Brasil



Marcha dos produtores em Brasília

2009

O ano da construção

Para inserir o setor produtivo nas discussões envolvendo a atualização do Código Florestal, a Ocepar realizou ao longo de 2009, uma série de eventos e reuniões com a finalidade de elaborar uma proposta das cooperativas baseada em critérios técnicos e pautada no equilíbrio entre a preservação ambiental e a continuidade das atividades agropecuárias.

As sugestões do cooperativismo paranaense foram consolidadas em quatro Fóruns de Meio Ambiente da Ocepar e apresentadas a parlamentares e lideranças cooperativistas em um café da manhã, na sede do Sistema Ocepar.

Para ampliar a divulgação em torno do assunto, a Revista Paraná Cooperativo (edição de abril de 2009) trouxe matéria especial e um *encarte* com as propostas para aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira. Estas publicações reforçavam o posicionamento do cooperativismo paranaense de que o país precisava de um marco regulatório

moderno pautado no equilíbrio entre a produção agropecuária e a proteção do meio ambiente.

Também em 2009, aconteceram diversas reuniões em Brasília, na OCB e no Ministério do Meio Ambiente, a fim de apresentar a posição do setor cooperativo e acompanhar o andamento das discussões sobre o tema. Ainda nesse ano, um Grupo Técnico e Jurídico foi criado na OCB para discutir a reformulação do Código Florestal Brasileiro. O Sistema Ocepar integrou esse Grupo que, entre outras ações, reuniu-se com deputados federais e senadores para discussão do texto do novo Código Florestal.



Deputado Aldo Rebelo, durante audiência pública, em Palotina

Foto: Assessoria C.Vale



Café da manhã na Ocepar reuniu parlamentares e dirigentes



Reunião de Diretoria com a então senadora Gleisi Hoffmann



Aldo Rebelo e Moacir Micheletto



Votação do texto na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 06 de julho de 2010

Fotos: Agência Câmara



O ano do amadurecimento

Compartilhar informações com a população foi um dos principais focos do trabalho em torno da reformulação do Código Florestal no ano de 2010. Para ampliar os debates e incentivar a participação da sociedade na discussão, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados reali-

zou audiências públicas por todo o Brasil, coordenadas pelos deputados Aldo Rebelo e Moacir Micheletto. As cooperativas do Paraná, por meio da Ocepar, marcaram presença nessas audiências, com a finalidade de apresentar o posicionamento do setor produtivo do Estado e contribuir com uma análise técnica e mais profunda sobre o tema.

Também nesse ano, o Sistema Ocepar esteve em Brasília, no dia 6 de julho, para acompanhar a votação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados do parecer do substitutivo ao Projeto de Lei 1876/1999, cujo relator foi o deputado Aldo Rebelo. Com treze votos a fa-

vor, a proposta foi acatada pela comissão, abrindo caminho para que o projeto fosse finalmente encaminhado para apreciação no plenário da Câmara e do Senado.

Além de dar seguimento ao trabalho junto aos parlamentares, visando garantir apoio para as propostas do setor produtivo, a Ocepar realizou ao longo do ano diversos estudos técnicos e trabalhos internos para auxiliar na redação da nova legislação ambiental brasileira. Este trabalho se refletiu na elaboração de artigos na nova lei baseados na realidade dos produtores rurais paranaenses, sem prejuízos para a atividade agrícola e o meio ambiente.



Fotos: Arquivo Ocepar

Fórum de Meio Ambiente em Foz do Iguaçu



Fórum de Meio Ambiente em Curitiba

2011

O ano da mobilização

Uma grande mobilização de agricultores e que ganhou o nome de Marcha em Brasília foi realizada para sensibilizar os parlamentares para a necessidade de aprovação da nova legislação florestal brasileira. O cooperativismo paranaense marcou presença nessa ação, com a finalidade de mostrar o posicionamento do setor sobre o tema.

Câmara – As cooperativas paranaenses, sob a coordenação da Ocepar, acompanharam as discussões e a votação do projeto na Câmara dos Deputados. Momentos marcantes ocorreram no dia 3 de maio, quando os deputados aprovaram, por 399 votos a 19, Regime de Urgência para votação do projeto de lei 1.876/99, e no dia 24 de maio, quando por 410 votos a 63 e 1 abstenção, o projeto de lei

1.876/99, que institui o novo Código Florestal Brasileiro, foi aprovado na Câmara Federal.

Grupo de Trabalho - Durante o ano, a Ocepar fez o acompanhamento das discussões do Grupo de Trabalho Conciliatório do Código Florestal, com o objetivo de discutir os principais pontos da reforma do código florestal e fazer encaminhamento de informações ao deputado Aldo Rebelo, relator do projeto na Câmara, na definição do seu substitutivo.

Outras ações do cooperativismo paranaense envolveram a participação na Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná e no debate que o Senado promoveu sobre o texto. Ocorreram ainda contatos com parlamentares e lideranças políticas. Em

todas as ocasiões foram entregues o vídeo e a *publicação* especialmente produzidos para mostrar os impactos causados na agricultura e as propostas do cooperativismo ao projeto de lei que institui o novo Código Florestal. Entre os políticos que receberam os materiais estão o governador Beto Richa, os senadores Sérgio Souza, Acir Gurgacz, Ana Amélia e o deputado Luiz Carlos Heinzi.

Senado - Nova mobilização aconteceu em Brasília, no dia 06 de dezembro, desta vez para acompanhar a votação no Senado. Depois de mais de seis horas de discussão, o plenário aprovou, por 59 votos contra 7, o texto-base do projeto que já havia sido aprovado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado no final de novembro de 2010.

Foto: Assessoria Ocepar



Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná

Fotos: Arquivo Ocepar





Votação do projeto na Câmara



0 ano da definição

Os esforços em torno da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro se intensificaram em 2012, já que finalmente a tramitação da matéria estava se encaminhando para a reta final. Com a expectativa da votação na Câmara, representantes da Ocepar reuniram-se com parlamentares para alinhar os pontos considerados prioritários para o setor produtivo do Paraná.

No mês de abril, todas as atenções se voltaram para a Câmara dos Deputados. No dia 25, após horas de discussões, os deputados aprovaram por 274 votos a 184 e 2 abstenções, o texto base do novo Código Florestal que havia sido aprovado pelo Senado com as mudanças feitas pelo relator ao texto, deputado Paulo Piau (PMDB-MG). O setor cooperativo novamente se mobilizou em Brasília para acompanhar a votação.

Um mês depois, no dia 25 de maio, o texto foi sancionado pela Presidente Dilma. O governo acabou votando 12 artigos e fazendo 32 modificações no texto. Na manhã do dia 28, profissionais da Ocepar iniciaram uma análise da nova lei com a finalidade de avaliar o texto e orientar as cooperativas.

Feitos os devidos estudos e, por considerar que o texto sancionado, apesar de ser um avanço em relação à legislação atual, deixou lacunas e não atende totalmente aos anseios do setor produtivo paranaense, o Sistema Ocepar preparou um documento com proposições para as emendas parlamentares que pretendem alterar a Medida Provisória (MP) 571. Os deputados e senadores tiveram até a meia-noite do dia 4 de junho para apresentarem suas emendas. No dia seguinte (05/06), foi instalada a comissão mista do Congresso que irá analisar previamente a MP. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) foi escolhido relator da comissão. Segundo o parlamentar, a Comissão buscará o convencimento dos demais parlamentares para superar temas polêmicos da nova lei.



Parlamentares discutem projeto na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Diálogo produtivo

Mais de 350 cooperativistas de todo o Estado participaram das reuniões promovidas pela Ocepar, em maio, para discutir temas de interesse do cooperativismo paranaense e as demandas das regiões

A primeira rodada dos Encontros de Núcleos Cooperativos de 2012, promovida pelo Sistema Ocepar, contou com a participação de 354 lideranças cooperativistas de todo o Estado. As reuniões aconteceram dia 21 de maio, em Ponta Grossa, com 70 participações; dia 22 de maio, em Coronel Vivida, com 85 pessoas; dia 24 de maio, em Campo Mourão, com 104 presenças, e dia 29 de maio, em Medianeira, com 95 participantes. O senador Sérgio Souza e o deputado federal e coordenador da bancada paranaense no Congresso Nacional, Osmar Serraglio, prestigiaram as reuniões de Ponta Grossa e Medianeira, respectivamente.

O presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, avaliou positivamente os quatro Encontros de Núcleos. De acordo com ele, os eventos abrem um canal de comunicação importante com o público ligado ao segmento cooperativista. “A gente consegue dialogar com os dirigentes, líderes, jovens e mulheres que fazem parte do sistema sobre os maiores interesses relacionados ao desenvolvimento do cooperativismo. Essa coleta de subsídios e de sugestões é o nosso grande diferencial. As reuniões de núcleo têm sido um instrumento importante para a implementação de programas de interesse do setor, não só em âmbito de Paraná, como também de Brasil”, disse.

“O Prodecoop, o ProcapAgro, o ProcapCred e o SESCOOP nasceram a partir das discussões ocorridas nas reuniões de núcleo e agora nós estamos apresentando ao governo uma nova proposta, que é o financiamento dos custos operacionais das cooperativas, por meio de uma linha específica para o setor. Houve aceitação positiva do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e nós queremos ver se, ainda na safra 2012/13, nós possamos ter algum mecanismo no sentido de amparar esse tipo de operação”, acrescentou.

Oportunidade – O presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini destacou a importância dos encontros anuais promovidos pela Ocepar. “É uma oportunidade para discutirmos assuntos que interessam a cada uma das cooperativas dos diversos ramos e somarmos esforços com a Ocepar nas principais reivindicações junto a todas as esferas de governo”, afirmou.

Já o presidente da Coopertradição, Julinho Tonus, disse que os Encontros de Núcleos têm contribuído para o crescimento da cooperativa. “Essas reuniões têm nos engrandecido. Hoje temos um trabalho muito forte com as cooperativas de crédito, de saúde, de transporte e agropecuárias, onde temos trocado ideias com grandes resultados. A própria Ocepar traz muitas novidades, com direcionamentos sobre os caminhos que temos que seguir”, frisou ele.

Próxima rodada - Durante os eventos de maio foram definidos os locais da segunda e última etapa dos Encontros de Núcleos de 2012, que será realizada em outubro com as datas ainda a serem definidas. A Cooptur será a anfitriã da reunião do Centro-Sul, que acontecerá em Carambeí. Em Pato Branco, a Coopertradição vai receber as cooperativas do Sudoeste. Já o encontro do Norte e Noroeste terá a Cocari como apoiadora, em Mandaguari. No Oeste, os debates serão realizados em Toledo, tendo a Primato como anfitriã.

Novo modelo de governança

Sistema OCB moderniza estrutura diretiva e foca em atuação sistêmica. Para os novos diretores, as mudanças devem fortalecer o cooperativismo

Desde o mês de abril, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está atuando dentro de um novo modelo de governança, resultante da mudança no estatuto social da entidade, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no mês de março. A estrutura foi modificada com base nos objetivos do planejamento estratégico da instituição para o período 2009-2013 e em consonância com as diretrizes do XIII Congresso Brasileiro do Cooperativismo, ocorrido em 2010.

A nova diretoria passou a ter cinco membros efetivos e cinco suplentes, representando cada região geográfica do país. A escolha do presidente da OCB é uma das competências dos diretores, devendo ser homologada em Assembleia Geral.

No dia 26 de abril foi realizada a primeira assembleia dentro do novo modelo de governança. Os diretores eleitos foram João Paulo Koslovski (Ocepar/Sul), João Nicédio Alves Nogueira (OCB-CE/Nordeste); Petrucio Pereira de Magalhães Júnior (OCB-AM/Norte); Celso Ramos Régis (OCB-MS/Centro-Oeste) e Edivaldo Del Grande (Ocesp/Sudeste). Os suplentes eleitos foram: Marco Antonio Zordan (Ocesc/Sul); André Pacelli Bezerra Viana (OCB-PB/Nordeste); Ricardo Benedito Khouri (OCB-TO/Norte); Haroldo Max de Sousa (OCB-GO/Centro-Oeste) e Esthério Sebastião Colnago (OCB-ES/Sudeste).

Na oportunidade, Márcio Lopes de Freitas, foi confirmado ao cargo de presidente executivo da OCB. Ele acredita que as mudanças implantadas no modelo de governança vão contribuir para o aprimoramento do trabalho da entidade. “Tais ações vão levar ao fortalecimento institucional no sentido de ampliar e fortalecer a representatividade e a capacidade de agregação de interesses cooperativos, promovendo ações para aprimorar o modelo de governança e gestão do sistema cooperativista no aspecto de representação, reforçando a prática da boa governança com ética, transparência e equidade, também no processo eleitoral”, disse.

“É uma mudança que vem suprir anseios e se inicia num bom momento como este, quando se comemora o Ano

Internacional das Cooperativas, e fica explícito que a maturidade do cooperativismo brasileiro acompanha o que vem acontecendo no mundo de forma consciente e responsável”, acrescentou o presidente da OCB.

Demandas regionais – Para o diretor da região Sul, João Paulo Koslovski, que também foi eleito secretário geral da OCB, o sistema já tem um bom planejamento estratégico e a intenção é enriquecê-lo com contribuições de todas as regiões. “Queremos identificar as principais demandas dos estados e aperfeiçoar o acompanhamento das ações, principalmente de grandes temas que envolvem a Lei Cooperativista, o Ato Cooperativo, tributações e tantas outras questões que os 13 ramos do cooperativismo apresentam”, disse. Ele explicou que a intenção



Márcio Lopes de Freitas
Presidente da OCB



João Paulo Koslovski
Presidente da Ocepar

é atender questões específicas com profissionais preparados para os assuntos, tanto nas organizações estaduais quando na nacional, que deverão ser capacitados por meio de programa específico. “Nossa meta é unir esforços e fazer com que os pleitos sejam acompanhados constantemente para a sua viabilização”, afirmou.

Boas práticas – Na avaliação de Celso Ramos Régis, presidente da OCB/MS e representante do Centro-Oeste, a mudança deve gerar resultados bastante positivos para o sistema. “O novo modelo de governança traz em seu bojo princípios de boas práticas adotadas nas mais modernas organizações, tanto de representação como empresariais, daí nossa expectativa de que possa trazer maior qualidade e agilidade nos serviços prestados pelo Sistema OCB, promovendo o desenvolvimento e crescimento dos empreendimentos cooperativos brasileiros”.

Para ele, a nova diretoria tem grandes desafios pela frente. “Porém, com maturidade, perseverança e transparência das ações, os resultados serão alcançados na medida do comprometimento de cada agente envolvido no processo, seja da Unidade Nacional, seja das Unidades Estaduais como das cooperativas. O modelo participativo na tomada de decisão que permeia o cooperativismo trará, por certo, a tranquilidade necessária para que as ações sejam implementadas sem grandes transtornos. Sabemos que haverá resistências. Porém, temos certeza de que a decisão pela adoção do novo modelo foi acertada e tem apoio de todo o sistema”, acrescentou Régis.

Visão sistêmica - João Nicéδιο, diretor do Nordeste, também tem uma boa expectativa em relação ao novo modelo de governança adotado pelo Sistema OCB. “A diretoria eleita tem a visão de trabalhar o cooperativismo de forma sistêmica, buscando evitar o máximo possível as discussões focadas em problemas locais e levar o debate dos temas para o âmbito nacional. Na minha avaliação, com essa mudança, nós poderemos ter efetivamente um grande fortalecimento do cooperativismo”, destacou o presidente da OCB/CE.

Instituição de excelência - “As cooperativas de todos os ramos esperam muito da organização nacional, por isso ela precisa se aparelhar e inovar para atender a essa

expectativa. Tenho uma confiança muito grande nesse novo modelo de governança do Sistema OCB”, disse Petrucio Pereira de Magalhães Júnior, presidente da OCB/AM e representante do Norte. De acordo com ele, a nova diretoria é mais enxuta e possui objetivos claros visando atuar como uma instituição de excelência para atender as demandas do setor.

“A diretoria é composta por pessoas capazes e com história dentro do cooperativismo. Somos liderados pelo presidente Márcio Lopes de Freitas, que tem grande capacidade de articulação e liderança. Já o secretário geral, João Paulo Koslovski, tem coordenado o trabalho de forma competente, nos motivando para que, juntos, possamos construir um cooperativismo mais forte. Sinto-me contaminado por essa energia e estimulado a promover as mudanças necessárias. Sou o caçula do grupo e estou aprendendo muito. Quero contribuir para a construção de um cooperativismo mais moderno e forte”, frisou.

União – O presidente da Ocesp e diretor do Sudeste, Eivaldo Del Grande, tem percebido avanços contínuos nos serviços prestados pela OCB, especialmente no relacionamento com os órgãos de governo e com os parlamentos. Ele também destaca o investimento em ações e análises específicas por ramo e maior agilidade nas respostas às demandas das cooperativas e suas organizações estaduais. Segundo Del Grande, a elaboração do planejamento estratégico e do Congresso Nacional apontaram um novo norte e motivaram as alterações na OCB, propiciando a constituição de uma diretoria mais estratégica.

“Creio que o novo modelo aproximará, ainda mais, a OCB das diferentes realidades cooperativistas do País. Ao mesmo tempo, sabendo lidar com as necessidades regionais, a OCB encontrará ambiente para integrar melhor as OCEs e, assim, discutir os grandes entraves do cooperativismo, como as injustiças tributárias, atualização da Lei Geral e a necessidade de regulamentações por ramo. Temos muitos problemas a resolver e só vamos conseguir se estivermos unidos, com o mesmo espírito e ideal de quando foi criado o Sistema, no início dos anos 70. Creio que a OCB está dando um importante passo para resgatar a união”, afirmou.



Celso Ramos Régis
Presidente da OCB/MS



João Nicéδιο
Presidente da OCB/CE



Petrucio P. de Magalhães Júnior
Presidente da OCB/AM



Eivaldo Del Grande
Presidente da Ocesp



O ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho

renda

Política de garantia de

Setor cooperativista defende a implantação de mecanismos de proteção para os agricultores brasileiros

A implantação de uma política de garantia de renda no campo é antiga reivindicação do setor cooperativista do Paraná. A Ocepar defende que a agricultura brasileira tenha mecanismos de proteção e segurança frente às oscilações do mercado e catástrofes climáticas. As sugestões do sistema cooperativista foram incluídas em documento elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). As propostas foram entregues ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, durante encontro no dia 7 de maio, em Curitiba. O evento foi aberto pelo governador Beto Richa e contou ainda com a presença do senador Sérgio Souza, dos deputados federais Osmar Serraglio, André Zacharow e Alex Canziani, e dos secretários executivo e de política agrícola do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz e Caio da Rocha. As lideranças reivindicaram

diversas ações que consideram prioritárias para amenizar os gargalos do setor produtivo do país. “Foi a oportunidade construída para promover uma aproximação maior da agricultura, da agroindústria do Paraná com o comando da política agrícola do Brasil. Acreditamos que precisamos fortalecer o Ministério da Agricultura como instância que define as políticas, para que esteja sempre informado e atento às dificuldades, aos desafios do dia a dia do nosso agricultor, das nossas agroindústrias, das nossas cooperativas e sindicatos”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura, Norberto Ortigara, que proferiu uma palestra sobre as potencialidades e gargalos enfrentados pelo setor agropecuário paranaense.

Juros mais baixos – Durante a reunião com o ministro, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, apresentou os pleitos do setor cooperativista, entre eles a redução dos juros. “Em

2005, a taxa Selic era de 19,12% ao mês, enquanto os juros do crédito rural eram de 8,75%; em 2007, enquanto a Selic estava em 11,85%, os juros do crédito rural estavam em 6,75%. Agora, a média desse ano da Selic é de 9,5% e deve cair para 8% e nós continuamos com juros em 6,75%. Ministro, vamos brigar pela redução de pelo menos 1 ponto percentual nessa taxa?”, sugeriu. Ele também solicitou apoio do Mapa para que setores como a avicultura e a suinocultura possam ser beneficiados com a desoneração de 20% da folha de pagamento, a exemplo do que já está ocorrendo com outros segmentos da indústria. Koslovski entregou a Mendes Ribeiro proposta de criação de uma linha de financiamento de crédito operacional específico para as cooperativas, com limite de até 20% do faturamento. O encontro com o ministro foi acompanhado pela diretoria da Ocepar, que realizou sua reunião mensal durante o evento.

Reivindicações do setor produtivo

O documento entregue ao ministro Mendes Ribeiro elenca algumas medidas consideradas prioritárias pelos cooperativistas, como melhorias nas linhas do Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) e do

Procap-Agro (Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias), a criação de uma linha de financiamentos de crédito rotativo e mais empenho do governo federal na subvenção ao prêmio do seguro rural, além da redução de juros nos financiamentos. “Não há mistério,

são propostas viáveis e muitas delas já foram implementadas em outros países com resultados positivos para a manutenção de renda no campo, amenizando distorções como preços abaixo dos custos de produção, falta de acesso ao seguro rural e a financiamento, entre outros, que cau-

sam prejuízos e instabilidade”, explica Koslovski.

Segundo o dirigente, para garantir renda é preciso existir seguro rural consistente e acessível para danos causados por questões climáticas; fundo garantidor de crédito para dar condições de financiamento aos produtores e seguro de renda baseado em valor referencial dos produtos, que cubra os custos de produção e garanta margem de rentabilidade aos agricultores. “Com uma política de garantia de renda, o governo não precisaria mais fazer leilões e compras emergenciais de estoques para gerar liquidez e evitar prejuízos vultosos ao setor agropecuário. E, principalmente, teríamos uma política agrícola duradoura e estável”, afirma o presidente da Ocepar.



O presidente da Ocepar entregou ao ministro documento com os pleitos do setor cooperativista

Trigo – Durante o evento, o secretário de política agrícola do Mapa, Caio da Rocha, anunciou as medidas de apoio à cultura do trigo. De acordo com ele, houve a elevação e unificação dos limites de financiamento para custeio em apenas uma faixa, que é de até R\$ 650 mil por produtor. Serão ainda destinados R\$ 60 milhões para pagamento das subvenções do seguro agrícola. Em

relação ao preço mínimo, houve reajuste de até 5%, sendo que os novos valores deverão vigorar entre julho de 2012 e julho de 2013. Foram ainda anunciados aportes de R\$ 430 milhões para apoiar a comercialização de 2,8 milhões de toneladas da safra 2012 de trigo, por meio de instrumentos como o AGF (Aquisições do Governo Federal) e PEP (Prêmio de Escoamento do Produto).

Propostas para garantir estabilidade ao campo

Lançar política de suporte de preços para garantir renda mínima ao agricultor, mediante pagamento da diferença entre os preços recebidos na comercialização e o preço referência fixado pelo governo, calculado com base nos custos totais de produção

Criar o Fundo Garantidor do Crédito Rural (FGCR)

Ampliar o montante de recursos para apoio ao seguro rural e aumentar limite de cobertura do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária)

Propostas para políticas de crédito às cooperativas

Criar linha de Crédito Operacional para financiamento das necessidades operacionais com limite de crédito até 20% do faturamento da cooperativa

Ampliar os limites de financiamento do Procap-Agro e do Prodecoop

Redução da taxa de juros

Criar programa específico para cooperados e produtores de médio porte Acesso das cooperativas de crédito ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para concessão de crédito rural



Dirigentes e autoridades políticas acompanharam o evento



O médico veterinário **Inácio Afonso Kroetz** é o presidente da Autarquia

Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem como uma das metas o reconhecimento do estado como Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação

Empossada diretoria da Adapar

Os primeiros diretores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) foram empossados pelo governador Beto Richa, em solenidade no Palácio Iguazu no dia 7 de maio. A autarquia foi criada em dezembro de 2011 para executar serviços de fiscalização e inspeção de sanidade agropecuária no estado. A diretoria da Adapar será composta pelo médico veterinário Inácio Afonso Kroetz (diretor-presidente); pelo médico veterinário Silmar Burer (chefe de gabinete); o engenheiro agrônomo Adriano Luiz Ceni Rieseberg (diretor de Defesa Agropecuária); e o engenheiro agrônomo Adalberto Luiz Valiati (diretor Administrativo-Financeiro). Segundo o governador, a criação da Agência vai modernizar o sistema

de defesa sanitária estadual e garantir a oferta de produtos paranaenses de qualidade nos principais mercados do mundo. “Um objetivo especial é atingir a condição de área livre de febre aftosa sem vacinação. Este é o compromisso que assumi com o setor produtivo”, lembrou.

Richa destacou que entre os objetivos do governo estadual está a reconquista do mercado russo, ampliação da fatia do Paraná nas exportações brasileiras para a China e a abertura do comércio com a comunidade Europeia. “Este é um instrumento fundamental para promover a saúde animal e a sanidade vegetal, assegurando que a produção paranaense conquiste os mais exigentes mercados globais”, disse.

Ocepar - Para o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, que prestigiou a solenidade de posse, a criação da Adapar acontece num momento importante para a agropecuária do Paraná. “Com a Agência teremos maior segurança nas ações de sanidade, o que é fundamental para abrir novas opções de mercado e garantir o crescimento dos negócios no exterior e no mercado interno”, afirmou. Segundo Koslovski, no primeiro trimestre de 2012, as cooperativas paranaenses exportaram US\$ 450 milhões para 73 países, sendo que 30% das mercadorias embarcadas eram de origem animal. “As vendas das cooperativas do Paraná representaram 35% do total exportado pelo setor cooperativista brasileiro”, lembrou.

Metas - O diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, destacou a importância da criação da Agência de Defesa Agropecuária para regulamentar o agronegócio e apoiar os produtores paranaenses. Em discurso, ele definiu as metas prioritárias de sua gestão para a conservação da sanidade animal e vegetal. Entre os itens estão o intensivo controle do trânsito agropecuário, rigoroso recadastramento das propriedades, ampliação da fiscalização do comércio de sementes, orientação para o uso adequado de agrotóxicos, entre outras. “Também vamos aprimorar as ações de monitoramento e controle das pragas agrícolas das culturas de importância econômica, buscando o reconhecimento das áreas livres”, afirmou.



Koslovski: mais segurança nas ações de sanidade abre novas opções de mercado

50 anos

de força e superação

Cooperativa comemora meio século de serviços prestados aos cooperados e de contribuição para o desenvolvimento da região dos Campos Gerais

“50 anos de ajuda mútua, força e superação”. Esta é a manchete principal da revista Coopagrícola, que descreve o histórico da cooperativa nas últimas cinco décadas e que foi autografada pelo presidente Gabriel Nadal e entregue ao presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, e aos prefeitos de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho, de Palmeira, Altamir Sanson e de Ipiranga, Luiz Carlos Blum, no dia 29 de maio, durante a solenidade em comemoração aos 50 anos de fundação da cooperativa. O evento contou com a presença de aproximadamente 500 pessoas, entre dirigentes, cooperados e convidados no Clube Ponta Lagoa, em Ponta Grossa.

Para o presidente Gabriel Nadal, a data é muito significativa, não só para a cooperativa e seus cooperados, mas também para a cidade de Ponta Grossa. “A Coopagrícola teve e tem um papel fundamental no fomento da agricultura nos Campos Gerais. Ela nasceu para atender aos anseios de um grupo de 40 produtores da região e cresceu com a cidade. Devemos muito aos pioneiros que, numa época de dificuldades (década 1960), acreditaram na filosofia da cooperação para suplantarem tantos desafios”.

O dirigente fez questão de mencionar algumas pessoas que contribuíram de forma significativa para que a Coopagrícola atingisse seus objetivos. “Destaco um dos pioneiros, Antonio Checchia, que organizou os primeiros passos da cooperativa. Também, Manoel Henrique Pereira, o Nonô Pereira, que, com o incentivo do plantio direto, mudou todo o perfil do cultivo de grãos, de forma viável economicamente e sustentável”.

Nadal ressaltou ainda o importante apoio do presidente João Paulo Koslovski, quando ainda em 1976 era coordenador do Sistema de Extensão Rural da antiga Acarpa (hoje Instituto Emater) e que contribuiu para que a cooperativa superasse as dificuldades daquela época. O presidente da Coopagrícola também lembrou das parcerias realizadas ao longo dos anos com as cooperativas da região e agradeceu os dirigentes de algumas delas que estavam presentes no evento: Unimed, Uniodonto, Batavo, Castrolanda, Unicastro, Camp, Witmarsum, Capal, Coodetec e Cooperponta.

Para Koslovski, convidado a fazer um pronunciamento na soleni-

dade, a Coopagrícola, apesar de ser uma cooperativa pequena, “tem um significado importante no contexto do cooperativismo paranaense pela força da união dos pioneiros, da atual e das diretorias anteriores, no esforço da construção de um cooperativismo forte e baseado nos princípios da cooperação”, frisou.

Atualmente, a cooperativa conta com 620 cooperados, quatro entrepostos, 130 funcionários e teve movimentação financeira de R\$ 116 milhões em 2011. O prefeito de Ponta Grossa e o arcebispo, Dom Sérgio Arthur Braschi, também usaram da palavra para enaltecer a importância da cooperativa para a cidade de Ponta Grossa e toda a região.

Homenagens - Durante as festividades foram prestadas homenagens aos pioneiros, empresas parceiras, funcionários e entidades, entre elas o Sistema Ocepar. Também foram entregues medalhas aos jovens que participaram do concurso de redação do Programa Cooperjovem, desenvolvido pela cooperativa em parceria com o Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná – SESCOOP PR.

Fotos: Assessoria Ocepar



Presidente Gabriel Nadal



TOTAL EM PRÊMIOS
R\$ 53.000,00
(* Já descontados I.R.)

Ocepar, Unimed e Sicredi reúnem jornalistas e universitários

Foto: Assessoria Coamo

Lançamentos em 18 cidades paranaenses contaram com a presença de 893 profissionais de imprensa e acadêmicos de jornalismo

Durante os meses de abril e maio foram realizados encontros regionais de lançamento dos prêmios Ocepar e Unimed de jornalismo em diversas cidades do interior do estado. Todos os eventos contaram com o apoio das cooperativas locais, entre elas o Sicredi. Em Londrina, no dia 10 de abril, durante a Expolondrina, o jornalista e âncora da rádio CBN, Carlos Alberto Sardenberg realizou uma palestra sobre os rumos da economia brasileira e mundial, evento este que contou com a presença de aproximadamente 250 participantes. O jornalista aproveitou também para falar sobre o Prêmio Ocepar de Jornalismo. Em seu entendimento, é uma excelente iniciativa para divulgar mais e melhor as importantes ações realizadas “por esta força chamada cooperativismo”. Segundo Sardenberg, muitas vezes o jornalismo é interpretado de forma errada, por publicar notícias ruins. “Um político americano reclamava com um repórter sobre uma notícia que saiu. O repórter disse que era culpa do editor e perguntou: sabe o que faz um editor? O político disse sim, é aquele que separa o joio do trigo e publica o joio”.

Visão distorcida - Sardenberg afirma que é uma visão ainda distorcida a de

que tudo que sai é “lixo”. Muitas vezes, para os políticos o que sai é “joio mas para nós profissionais e para os leitores é trigo”, disse ele. “Este prêmio lançado aqui é uma oportunidade para separarmos o que é importante e o que é interessante. Mostrar quão importante é este setor para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. O nosso desafio é transmitir de forma interessante uma notícia importante, econômica, política, cuja tendência dela pode ser chata, mas de forma rica, descontraída, alegre. Escrever bem, utilizar recursos para torná-la atraente. Mostrar que coisas interessantes também são importantes. Trabalhar com os opostos”, sugeriu ainda o jornalista.

Oportunidade - Durante o lançamento em Guarapuava, o presidente da Unimed local, Abrão José Melhem Júnior, disse que a realização do Prêmio Unimed é uma oportunidade para demonstrar para a população paranaense o importante trabalho realizado pela entidade, voltado especialmente pela melhoria da qualidade de vida de todos. “Esperamos que os profissionais de imprensa se sensibilizem e participem desta iniciativa, que procura divulgar o sistema e também

valorizar o trabalho de todos”, disse. Ele lembra que o tema do IV Prêmio Unimed de Jornalismo deste ano é Saúde. Já o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, afirmou que o Prêmio Ocepar é uma forma que a entidade encontrou para que imprensa se aprofunde mais nos temas do cooperativismo e leve até os leitores o trabalho realizado pelo setor. “É importante para todos conhecerem melhor o sistema cooperativista, ainda mais neste ano em que a ONU reconheceu o cooperativismo com um instrumento de mudança de realidade. O cooperativismo é o melhor caminho para solução de problemas comuns e o crescimento de todos é o resultado da união de pessoas que comungam o mesmo ideal”, lembrou o dirigente.

Para o presidente do Sicredi União, Wellington Ferreira, esta parceria iniciada há nove anos com a Ocepar e com a Federação Unimed tem dado resultados importantes, afinal, nesses anos todos já foram inscritos mais de 540 trabalhos, o que ressalta o interesse dos profissionais. “Quantas pessoas tomaram conhecimento das diversas ações realizadas pelos diferentes ramos do cooperativismo através de alguma dessas matérias veiculadas

nos jornais, revistas, emissoras de TV e rádio e também na internet. E agora, com a oportunidade dos estudantes de jornalismo também participarem do prêmio, fará que um número maior de trabalhos sejam inscritos, além do fato de levarmos o tema para dentro das universidades paranaenses”, lembrou Ferreira. Sobre a categoria universitário, criada no prêmio deste ano, a coordenadora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade de Cascavel (Univel), Letícia Afonso Rosa Garcia, disse que os estudantes estão bastante motivados, especialmente pelo fato de que na região existem experiências exitosas de cooperativas. “Matéria-prima não faltará para que os acadêmicos participem destes dois importantes prêmios, parabéns à Ocepar, Sicredi e Unimed pela iniciativa”, disse ela. Segundo o coordenador do Prêmio Ocepar, Samuel Milléo Filho, é uma forma de também valorizar os futuros profissionais que atuarão em breve no mercado. “Uma oportunidade para levar o tema cooperativismo para



Jornalista Carlos Alberto Sardenberg: Prêmio é oportunidade para mostrar importância do cooperativismo

dentro dos cursos de jornalismo em diversas universidades paranaenses, especialmente neste ano em que a ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas”, lembrou.

Temas – O IX Prêmio Ocepar adotou, nesta edição, o mesmo tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para comemorar o Ano Internacional das Cooperativas: “Cooperativas constroem um mundo melhor”. Serão aceitos trabalhos veiculados entre 1º de agosto de 2011 e 10 de julho de 2012. O prazo final das inscrições é 10 de julho de 2012. A seleção dos trabalhos será feita por uma Comissão Julgadora composta por jornalistas profissionais e os vencedores serão conhecidos durante jantar comemorativo ao Dia Internacional do

Cooperativismo, no dia 30 de julho, em Curitiba. Já para a IV edição do Prêmio Unimed, saúde continua sendo o tema central e o subtema, na categoria especial, é “O Ano Internacional do Cooperativismo - Contribuições das Cooperativas Médicas para a Saúde da População”. As inscrições vão até o dia 20 de outubro. Poderão concorrer matérias jornalísticas publicadas entre 10 de novembro de 2011 e 20 de outubro de 2012.

Serviço - Mais informações sobre o IX Prêmio Ocepar de Jornalismo pelo fone (41) 3200-1150, e-mail: imprensa@ocepar.org.br ou no site: www.paranacooperativo.coop.br. E sobre IV Prêmio Unimed de Jornalismo o regulamento está disponível no site www.unimed.com.br/premiounimeddejornalimsopr.

Quer saber por que a Integrada é ?

Na agricultura, ter um parceiro comercial forte é fundamental para o sucesso da nossa atividade. Quem é cooperado da Integrada, além de contar com diversos benefícios, tem a vantagem de trabalhar com a cooperativa que mais cresce no Paraná. **Na Integrada, trabalhamos para você crescer!**

INTEGRADA É 

Confiança, Agilidade no Recebimento, Família, Serviço e Tecnologia. Meio ambiente e Retorno Financeiro para você.



Colocando na ponta do lápis todos os benefícios, você vai ver que trabalhar com a Integrada é certeza de bom negócio.

-  Retorno de ICMS
-  Devolução de sobras
-  Devolução de capital social
-  Plano de saúde para família
-  Descontos em facultades
-  **Ganho por saca de soja: até R\$ 3,00***



Visite uma de nossas unidades e saiba mais.

Integrada. Trabalhando para você crescer.

Matriz: Rua São Jerônimo, 200 Londrina- Paraná
Fone: 43 3294-7000 - www.integrada.coop.br

 **INTEGRADA**
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL



Fotos: Assessoria Sicredi

Sicredi Racing na liderança

Equipe patrocinada pela Corretora de Seguros Sicredi assume a liderança isolada do Mercedes-Benz Grand Challenge 2012

Com vitória na segunda etapa do Mercedes-Benz Grand Challenge 2012, ocorrida dias 26 e 27 de maio, em Curitiba, o piloto João Campos e seu filho Márcio Campos colocaram a equipe Sicredi Racing na liderança isolada do campeonato. A expectativa fica agora por conta da próxima corrida, que acontece nos dias 23 e 24 de junho, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo. Até o fim do ano, serão mais seis rodadas em cinco diferentes cidades, completando oito etapas.

Com esse patrocínio, o Sicredi ampliou a sua atuação no marketing esportivo e tem conseguido dar mais visibilidade à marca, apostando em duas feiras do automobilismo. O empresário e piloto João Campos, 56 anos, tem experiência e histórico de vários títulos nacionais, com destaque para um pentacampeonato da categoria Pick Up Racing, atual Copa Montana, de 2001 a 2005, além de ter sido laureado por três vezes com o troféu "Capacete de Ouro", considerado o "Oscar" do automobilismo nacional.

Ele estreou nas pistas em 2010 e já conquistou o título de campeão da categoria Novatos, no Campeonato Gaúcho de Marcas e Pilotos. Sua experiência foi mesclada à juventude do seu filho, Márcio, 24 anos. Eles foram campeões em 2011, ano de estreia da categoria Mercedes-Benz Grand Challenge no cenário nacional.

De acordo com Manfred Dasenbrock, presidente da Sicredi Participações e Central Sicredi PR/SP, o cooperativismo e o esporte tem em comum uma característica fundamental: dependem do trabalho em equipe para ter sucesso. "E o patrocínio de uma equipe formada por pai e filho está alinhado aos produtos de Seguros do Sicredi, cuja campanha institucional destaca o valor da família", complementa Dasenbrock.

Várias ações promocionais e de relacionamento também estão sendo realizadas com os associados e os colaboradores durante as etapas da competição. As marcas dos produtos de Seguros do Sicredi e dos parceiros Icatu e Mapfre es-

tão presentes no carro usado pela equipe Sicredi Racing, nos macacões dos corredores, nos uniformes do apoio técnico, no kit torcedor e no kit vip. Cada rodada conta ainda com um lounge para convidados e arquibancadas reservadas para a torcida, além da marca visível nos boxes e torre de cronometragem.

Sobre o Mercedes-Benz Grand Challenge - É a primeira categoria de competição promovida pela Mercedes-Benz no Brasil. O grid é composto por 22 carros e o modelo adotado nas pistas é o Mercedes-Benz C250 CGI, preparados para competição pela WB Motorsport, de São Paulo, equipe com notória tradição no automobilismo brasileiro.

A adaptação incluiu a redução do peso original para 1.100 kg, alterações no gerenciamento eletrônico do motor turbo para chegar aos 245 HP, instalação de equipamentos de segurança em conformidade com normas internacionais e adoção de kits aerodinâmico e de competição, oferecendo máximo desempenho aos carros da categoria.



SUESPAR

Construção de um novo modelo assistencial

Chegou a hora de Mudar

Unimeds discutem novo modelo assistencial durante o 20.º Suespar

Dirigentes, colaboradores, cooperados e parceiros do Sistema Unimed Paranaense, participaram em Foz do Iguaçu, entre os dias 28 e 20 de abril, da 20ª edição do Simpósio das Unimeds do Estado do Paraná (Suespar). O Simpósio contou também com a presença do superintendente do Sistema Oepar, José Roberto Ricken, e de representantes do Complexo Unimed Nacional, Unimeds e Federações de outros cantos do país, entre eles, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na abertura do Suespar, o presidente da Federação Unimed, Orestes Barrozo Medeiros Pullin, lembrou que a cooperativa médica continua a operar da mesma forma há mais de 40 anos. “Uma receita que até agora tem dado certo. No entanto, os ventos da mudança exigem nova postura. Chegou a hora de ousar”, alertou o dirigente que, com sua fala, deu o tom que tomaria conta do Simpósio. “Este é o momento de discutir de maneira concreta a necessidade de mudança na forma de participação de nossas cooperativas. Temos nos concentrado em questões ligadas a atividades gerenciais e administrativas e, infelizmente, encontramos muita dificuldade em mudar esse modelo assistencial, mas agora precisamos assumir uma postura ainda mais alinhada com o bem-estar da comunidade e com o de-

envolvimento dos profissionais médicos”, avaliou.

Para estimular a discussão em torno da necessidade de mudança, durante os três dias do Suespar aconteceram vários debates focando questões como: “A Construção de um Novo Modelo Assistencial”, “Modelo Simplificado de Análise de Gestão das Operadoras de Saúde”, “Hospital Qualificado é Diferencial Competitivo?”, “Inteligência de Mercado”,

“As Cooperativas Médicas e a Conjuntura da Saúde no Brasil”, entre outras.

Premiação - O 20.º Suespar encerrou no auditório Pacífico, do Hotel Mabú, no final do dia 30. Na ocasião, como de costume, houve a entrega do Prêmio Performance de Gestão, instituído em 2006, com o objetivo de estimular o desenvolvimento constante das singulares e a manutenção da liderança do Sistema no Paraná.

Vencedores do Prêmio Performance de Gestão

“Índice de Crescimento”

Singular com até 30 mil beneficiários - Unimed Paranavaí

“Índice de Crescimento”

Singular com mais de 30 mil beneficiários - Unimed Ponta Grossa

“Gestão de Custos”

Singular com até 30 mil beneficiários - Unimed Noroeste do Paraná

“Gestão de Custos”

Singular com mais de 30 mil beneficiários - Unimed Regional de Maringá

“Índice de Repasse aos Cooperados”

Singular com até 30 mil beneficiários - Unimed Pato Branco

“Índice de Repasse” aos Cooperados”

Singular com mais de 30 mil beneficiários - Unimed Londrina

“Performance Geral”

pela segunda vez consecutiva - Unimed Apucarana



Encontro discute o papel da mulher

O tema escolhido pela Organização das Nações Unidas para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas - "Cooperativas Constroem um Mundo Melhor" - foi trabalhado no Encontro da Liderança Cooperativista Feminina, o Elicoop Feminino, por meio de oficinas coordenadas por Eliseu Felipe Hoffmann que abordaram o papel da mulher nesse contexto. O evento, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/PR),

aconteceu nos 17 e 18 de maio, no salão da Associação Atlética Cocari, em Mandaguari, Noroeste do Estado. Cerca de 180 mulheres ligadas às cooperativas paranaenses participaram do evento. A programação contemplou ainda a apresentação das palestras "Agronegócio - O desafio da liderança feminina", com Maria Iraclézia de Araújo; "A Arte de Sair do Lugar Comum", com Marco Zanqueta, e "Especialmente Mulher", com Patrícia Santos.



Coopavel incentiva participação feminina

A Coopavel reuniu cerca de 600 mulheres, no último dia 15 de maio, em evento promovido pela Unicoop, na sede da Associação dos funcionários, em Cascavel. Eram esposas e filhas de associados de todos os municípios da área de ação da cooperativa, que vieram em busca de

novos conhecimentos e de inserção social. Ao abrir o evento, o presidente Dilvo Grolli enalteceu a liderança das mulheres, no presente e no passado, em várias nações do mundo, incluindo o Brasil. "Isso mostra a capacidade feminina e o quanto a participação da mulher é importante também na

gestão dos negócios, na estrutura familiar e no enfrentamento dos novos desafios."

O evento foi realizado com o apoio do Sescoop/PR, que esteve presente em praticamente todos os treinamentos realizados pela Universidade Coopavel.

Fórum de Fiação reúne cooperativas

Vinte e seis profissionais das cooperativas Integrada, Coamo, Cocamar e Copasul participaram do Fórum de Fiações promovido pelo Sistema Ocepar, no dia 16 de maio, na unidade industrial de fios da Integrada, em Assaí (PR). O cooperativismo paranaense responde por cerca de um terço da produção de fios do Paraná. "O mercado em que o setor atua começa a melhorar depois de um ano de resultados ruins. Isso é re-

sultado de uma conjugação de fatores, como o aperto à fiscalização dos importados, a resolução nº 72 do Senado, acabando com a guerra do ICMS entre os portos, alta do dólar e o início do frio", afirma o analista técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti. O evento contou com a participação do diretor superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel.



Evento debate a integração lavoura pecuária

A integração lavoura, pecuária e floresta, um modelo sustentável que pode levar a agropecuária brasileira a ampliar a oferta de alimentos nos próximos anos a partir do aproveitamento de pastagens degradadas, foi discutido durante fórum nacional promovido pela Cocamar e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em Maringá. O evento aconteceu no dia 18 de maio, durante a 40ª Expoingá, e contou com cerca de 500 participantes, entre lideranças, pesquisadores, produtores e outros convidados. O fórum contou também com a participação de duas per-

sonalidades que remetem à história do plantio direto no Brasil: Herbert Bartz, de Rolândia, e Frank Dijkstra, de Carambeí. Eles falaram sobre o desenvolvimento dessa prática ambiental que hoje toma conta de 25 milhões de hectares no Brasil.

No Paraná, a integração é feita há quase 20 anos, baseada em pesquisas do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), sediado em Londrina. O presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, conclamou a todos para que “se unam em grande esforço” para difundir a integração – sistema que, apesar de preconizado pela Embrapa e

há mais de duas décadas praticado em algumas regiões, é ainda praticamente desconhecido da grande maioria dos produtores do país. Segundo Lourenço, a região noroeste do Paraná possui pelo menos 2,7 milhões de hectares de pastagens de baixo retorno econômico com potencial para sediar projetos de integração – que, em resumo, significa cultivar soja no verão e, na mesma área, manter pecuária durante o inverno, usando como pasto o capim braquiária. É a braquiária que, ao ser dessecada semanas antes do cultivo da soja, vai fornecer palha e cobertura ao solo para o plantio direto.

Copacol conquista Prêmio Popai

A Copacol conquistou o Prêmio Popai Brasil. Considerado o Oscar do Merchandising, a premiação foi entregue durante a Feira APAS 2012, a maior feira supermercadista no setor alimentos do mundo. Competindo com diversas empresas, a Copacol obteve o terceiro lugar na categoria Melhor Ação Promocional, onde foram avaliados vários pontos do estande. De acordo com a assessora de imprensa e marketing da cooperativa, Fernanda Vacari, a premiação é mais uma conquista da Copacol. “Este é o segundo

ano consecutivo que recebemos essa premiação. Obtivemos o terceiro lugar na categoria Melhor Ação Promocional para estande de grande porte, competindo com dezenas de empresas”, disse Fernanda. A avaliação para o Prêmio Popai Brasil é feita em vários pontos, dentre eles a tecnologia, design e a inovação implantadas no estande para atrair os consumidores e visitantes da feira. Durante a APAS 2012, realizada em São Paulo, entre os dias 7 a 10 de maio, a Copacol expôs produtos à base de frango e peixe.



Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito

A presidente da República Dilma Rousseff sancionou, no dia 8 de maio, a Lei 12.620 que institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito, a ser comemorado anualmente no dia 28 de dezembro. A data escolhida pela presidente é a mesma

da fundação da Sicredi Pioneira RS, em Nova Petrópolis/RS, no ano de 1902. Para o presidente da cooperativa, Márcio Port, “é motivo de grande satisfação termos o reconhecimento acerca da importância do cooperativismo de crédito no Ano Interna-

cional das Cooperativas, inclusive criando o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito no mesmo dia em que é comemorado o aniversário da Sicredi Pioneira RS, a mais antiga cooperativa de crédito da América Latina”, ressaltou.

Uniprime Oeste comemora 15 anos

A Uniprime Oeste do Paraná, cooperativa de crédito integrada por 2.150 profissionais e empresas da área de saúde de Cascavel, Foz do Iguaçu e outros 23 municípios da região Oeste Paranaense, comemorou no mês de maio seus 15 anos de fundação. A Uniprime Oeste do Paraná, anteriormente denominada Uniced, faz parte da Central Interstadual Paraná/Mato Grosso do Sul, juntamente com outras sete cooperativas singulares, ou de primei-

ro grau. Assim como a Central, que obteve nota máxima de aprovação do Banco Central em relação à segurança e à estrutura para avaliação de riscos, a Uniprime Oeste do Paraná também é considerada referência de atuação.

“Construída ao longo destes 15 anos, a Uniprime é uma prova concreta da capacidade de realização, participação e do poder de mobilização dos profissionais e empresas da área de saúde de nossa

região. A cooperativa sempre teve como preocupação maior atender ao quadro associado, oferecendo-lhe as melhores taxas e remunerações, com um atendimento personalizado e dimensionado para suas reais necessidades”, disse o presidente da Uniprime Oeste do Paraná, Carlos Puppi Buseti Mori. A atual diretoria é integrada ainda pelos médicos Hirofumi Uyeda, diretor administrativo, e Antonio Carlos de Andrade Soares, diretor financeiro.

BIBLIOTECA DO SISTEMA OCEPAR

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios*. Editor: Armand F. Pereira em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana. Brasília: OIT, 2001. 196 p.

Os quatro capítulos iniciais do livro são da autoria da Organização Internacional do Trabalho – OIT, extraídos do Relatório da OIT para a Promoção das Cooperativas, preparado para a 89ª Sessão da Conferência do Trabalho de junho de 2001. Objetivam esclarecer as tendências do cooperativismo, sua diversidade, importância e repercussões para a atividade econômica, emprego e renda. Dedicam-se especialmente à reflexão sobre o papel das cooperativas de trabalho, visando redimensionar utopias e falsos conceitos vigentes na sociedade em geral. Analisam a importância da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, destacando que

a Organização Internacional do Trabalho é solidária com os princípios e valores do Cooperativismo e está empenhada na promoção das cooperativas. Apresentam ainda como as normas internacionais do trabalho da OIT se referem e afetam o Cooperativismo. Os 2 últimos capítulos apresentam análises da situação nacional das cooperativas de trabalho na ótica de dois renomados juristas brasileiros, o ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do TST, Almir Pazzianotto Pinto e o juiz do Trabalho da 5ª Região, Rodolfo Pamplona. Segue-se um apêndice com anexos contendo sínteses de reuniões, sumários de resultados de seminários sobre o cooperativismo de trabalho, além do texto da Recomendação nº 127 da OIT sobre o papel das cooperativas no progresso econômico e social dos países em via de desenvolvimento. (Colaboração: Sigrid U. L. Ritzmann)



DIVERSIFICAÇÃO. É ASSIM QUE VAMOS CADA VEZ MAIS LONGE.

A C.Vale incentiva seus associados a diversificarem suas atividades e oferece todo o suporte técnico e acompanhamento necessário para garantir bons desempenhos produtivos. O resultado já está sendo colhido: a conquista de mercados internacionais, a geração de empregos locais, o aumento de renda dos associados e o desenvolvimento da comunidade.



A marca da nossa terra

IX Prêmio
OCEPAR 2012
de Jornalismo

2012

Ano

Internacional das

Cooperativas



Tema

**Cooperativas constroem
um mundo melhor**

Matérias publicadas ou veiculadas entre **1º de agosto de 2011 e 10 de julho de 2012**

Prazo final para inscrições de trabalhos: **10 de julho de 2012**

Novidade em 2012: **Categoria Universitário**

Informações: 41 3200.1150 | imprensa@ocepar.org.br | www.ocepar.org.br

Iniciativa:



Patrocínio:



Apoio:

